



Rumos

Programa Operacional de Valorização
do Potencial Humano
e Coesão Social da RAM

ESTUDO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO E COESÃO SOCIAL (2007- 2013) – PROGRAMA RUMOS

Relatório Final – Anexos

JUNHO de 2012



Quaternaire
Portugal

Os melhores RUMOS para os Cidadãos da Região



REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA



REPUBLICA PORTUGUESA



UNIAO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

INDICE

1. Grupo de controlo	1
1.1. Tipologia 1.2.6 RVCC	1
1.2. Tipologia 2.1.1 Estágios profissionais	5
2. Inquéritos às entidades beneficiárias	12
2.1. Tipologia 1.1.2 Cursos Profissionalizantes	12
2.2. Tipologia 1.1.3 Cursos de Educação e Formação	15
2.3. Tipologia 1.2.2 Formação Profissional da Administração Pública	21
2.4. Tipologia 1.2.6 RVCC	26
3. Inquéritos aos destinatários finais	29
3.1. Tipologias 1.1.2 Cursos Profissionalizantes e 1.1.3 Cursos de Educação e Formação	29
3.2. Tipologia 1.2.2 Formação Profissional da Administração Pública	35
3.3. Tipologia 1.3.2 Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado e Doutoramento	39
4. Estudos de caso	47
4.1. Tipologia 1.2.2 Formação para a Administração Pública	47
4.2. Tipologia 2.3.4 Ocupação de Desempregados	49

1. GRUPO DE CONTROLO

1.1. TIPOLOGIA 1.2.6 RVCC

Universo e processo de amostragem

O universo é composto por todos os indivíduos constantes na base de dados fornecida pela DRQP que, tendo-se inscrito num processo de RVCC de nível secundário, ou desistiram do processo ou obtiveram uma certificação de nível secundário¹. A dimensão do universo é assim de 823 indivíduos. A construção da amostra ficou condicionada pelo número reduzido de indivíduos identificados como certificados na lista enviada pela DRQP (apenas 204). Decidiu-se assim incluir na amostra a totalidade dos indivíduos nestas condições, à exceção dos 8 que foram contactados durante a fase de pré-teste do inquérito.

Adicionalmente, e de forma a garantir a existência de um “grupo de controlo”, incluíram-se na amostra 149 indivíduos desistentes de processos de RVCC. Neste caso, optou-se pela construção de uma subamostra estratificada por idade e sexo, sendo os indivíduos dentro de cada estrato selecionados aleatoriamente.

Amostra

Para atingir a dimensão pretendida para a amostra, foi necessário contactar cerca de 500 números de telefone. Os contactos inválidos correspondem a:

- Números de telefone incorretos (seja porque o número não estava atribuído, seja porque quem atendeu desconhecia a pessoa que constava na base de sondagem)
- Recusas por parte dos inquiridos em responder ao inquérito
- Situações em que se realizaram 6 chamadas para um mesmo número sem que ninguém tenha atendido.

A elevada proporção de contactos inválidos refletiu-se também sobre a dimensão da subamostra de inquiridos certificados, tendo sido possível obter apenas entrevistar 154 dos 196 inicialmente previstos. Deve ser notado ainda que, após a realização das entrevistas, se verificou que 6 indivíduos dados como certificados pela DRQP não tinham ainda obtido o diploma de ensino secundário e que foram assim excluídos.

Assim, a amostra final é composta por 297 indivíduos – 148 certificados e 149 Grupo de Controlo.

Composição da amostra por sexo

		Situação		Total
		Certificados	Grupo de Controlo	
Sexo	M	62,8%	56,4%	59,6%
	F	37,2%	43,6%	40,4%
Total		100,0%	100,0%	100,0%

N = 297

Nota: A situação dos indivíduos face ao processo RVCC (certificados vs desistentes/ suspensos) foi confirmada junto dos inquiridos.

¹ Ou seja, foram excluídos aqueles que, segundo a lista enviada pela DRQP, se encontravam com o processo de certificação em curso ou que tinham sido encaminhados para outras modalidades de ensino-formação.

Composição da amostra por idade

		Certificados	Grupo de Controlo	Total
Idade	Menos de 30 anos	5,4%	8,8%	7,1%
	30-39 anos	37,8%	36,5%	37,2%
	40-49 anos	42,6%	37,2%	39,9%
	50-59 anos	13,5%	16,9%	15,2%
	60 anos ou mais	0,7%	0,7%	0,7%
Total		100,0%	100,0%	100,0%

N = 297

Residência dos inquiridos

		Certificados	Grupo de Controlo	Total
Residência atual	Na Região Autónoma da Madeira	95,9%	98,7%	97,3%
	Em Portugal continental ou nos Açores	4,1%	0,7%	2,4%
	Fora de Portugal		0,7%	0,3%
Total		100,0%	100,0%	100,0%

N = 297

Rendimento mensal

		Certificados	Grupo de Controlo	Total
Rendimento mensal do trabalho	Menos de 500 €	3,0%	9,0%	5,9%
	Entre 500 € e 749 €	31,3%	30,3%	30,9%
	Entre 750 € e 999 €	23,9%	36,1%	29,7%
	Entre 1000 € e 1249 €	23,9%	13,9%	19,1%
	Entre 1250 € e 1500 €	7,5%	3,3%	5,5%
	Mais de 1500 €	10,4%	7,4%	9,0%
Total		100,0%	100,0%	100,0%

N = 256

Proporção de inquiridos certificados que ingressou num CET ou numa licenciatura após a conclusão do processo de RVCC

	N	%
Sim	13	8,8
Não	135	91,2
Total	148	100,0

Principal razão para se inscrever no processo de RVCC

		Certificados	Grupo de Controlo	Total
	Para obter uma qualificação escolar mais elevada	59,5%	84,6%	72,1%
	Para desenvolver conhecimento/competências relacionadas com a minha atividade profissional	4,7%	1,3%	3,0%
	Para desenvolver conhecimentos/competências de interesse pessoal	14,9%	5,4%	10,1%
	Para melhorar perspectivas de carreira	14,9%	4,7%	9,8%
	Para ter mais hipóteses de encontrar ou mudar de emprego	1,4%	2,0%	1,7%
	Porque fui obrigado/ Encaminhado pelo Centro de Emprego	0,7%		0,3%
	Outra opção	4,1%	2,0%	3,0%
Total		100,0%	100,0%	100,0%

N = 297

Situação face ao emprego, aquando da inscrição no processo de RVCC

		Certificados	Grupo de Controlo	Total
Situação face ao emprego altura inscrição	Empregado	98,0%	90,6%	94,3%
	Desempregado à procura de emprego	0,7%	8,7%	4,7%
	Nem empregado nem à procura de emprego	1,4%	0,7%	1,0%
Total		100,0%	100,0%	100,0%

N = 295

Situação atual face ao emprego

		Certificados	Grupo de Controlo	Total
Situação atual face ao emprego	Empregado	93,9%	83,7%	88,8%
	Desempregado à procura de emprego	5,4%	13,6%	9,5%
	Nem empregado nem à procura de emprego	0,7%	2,7%	1,7%
Total		100,0%	100,0%	100,0%

N = 295

Tipo de organização onde os inquiridos trabalham por grupo (trabalhadores por conta de outrem)

		Certificados	Grupo de Controlo	Total
Tipo de instituição onde trabalha atualmente	Administração pública central, regional e local	48,1%	38,4%	43,6%
	Empresa pública	8,5%	7,1%	7,9%
	Instituto público	3,9%		2,1%
	Empresa privada	38,8%	54,5%	46,1%
	Organização privada sem fins lucrativos nacional	0,8%		0,4%
Total		100,0%	100,0%	100,0%

N = 241

Situação contratual por grupo (trabalhadores por conta de outrem)

		Certificados	Grupo de Controlo	Total
Vínculo contratual atual	Efetivo(a)	95,4%	91,9%	93,8%
	Contratado(a) a prazo	4,6%	6,3%	5,4%
	Recibos verdes		0,9%	0,4%
	Estagiário		0,9%	0,4%
Total		100,0%	100,0%	100,0%

N = 241

Regime de exercício da atividade profissional por grupo (trabalhadores por conta de outrem)

		Certificados	Grupo de Controlo	Total
Regime atual de exercício da atividade profissional	Trabalho a tempo inteiro	99,3%	95,1%	97,3%
	Trabalho a tempo parcial	0,7%	4,9%	2,7%
Total		100,0%	100,0%	100,0%

Evolução da situação face ao emprego entre a inscrição no processo de RVCC e a atualidade (certificados)

		Situação atual face ao emprego			Total	N
		Empregado	Desempregado	Inativo		
Situação face ao emprego na altura da inscrição	Empregado	94,5%	5,5%	0,0%	100,0%	145
	Desempregado	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	1
	Inativo	50,0%	0,0%	50,0%	100,0%	2

Evolução da situação face ao emprego entre a inscrição no processo de RVCC e a atualidade (Grupo de Controlo)

		Situação atual face ao emprego			Total	N
		Empregado	Desempregado	Inativo		
Situação face ao emprego na altura da inscrição	Empregado	86,7%	10,4%	3,0%	100,0%	135
	Desempregado	50,0%	50,0%		100,0%	12

Evolução do rendimento mensal por situação face ao processo de RVCC (certificados vs Grupo de Controlo)

		Certificados	Grupo de Controlo	Total
Evolução do rendimento desde a inscrição	Aumentou	36,7%	13,9%	26,1%
	Manteve-se	62,6%	80,3%	70,9%
	Diminuiu	0,7%	5,7%	3,1%
Total		100,0%	100,0%	100,0%

$\chi^2 = 21,36$; $p < 0,1$; $N = 261$

Evolução da leitura de jornais e revistas, ida a espetáculos culturais e utilização da internet com a realização do processo de RVCC (certificados)

	Mais vezes	O mesmo número de vezes	Menos vezes	Total (N)
Leitura de jornais e revistas	40,0%	56,0%	4,0%	150
Ida a cinema, teatro e exposições	14,8%	71,8%	13,4%	149
Utilização da internet	62,4%	35,6%	2,0%	149

Efeitos da realização do processo de RVCC (certificados)

	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Total (N)
"Desde que fiz o RVCC, sinto maior vontade em aprender coisas novas"	85,1%	10,8%	4,1%	148
"Desde que fiz o RVCC, sinto maior vontade em participar em atividades com outras pessoas da minha comunidade"	67,8%	21,5%	10,7%	149
"Desde que fiz o RVCC, sinto mais confiança para desenvolver os meus próprios projetos"	83,9%	9,4%	6,7%	149
"Desde que fiz o RVCC, sinto maior confiança para apoiar a minha família"	64,4%	22,1%	13,4%	149

Contributos do processo RVCC para a melhoria do desempenho profissional e para as perspetivas de progressão na carreira (certificados)

	Muito fraco	Fraco	Razoável	Forte	Muito forte	Total (N)
Contributo do processo de RVCC para a melhoria do desempenho profissional	0,7%	1,4%	22,3%	54,1%	21,6%	148
Contributo do processo de RVCC para as perspetivas de progressão na carreira	2,7%	4,8%	21,9%	43,2%	27,4%	146

Participação em ações de formação profissional nos últimos 6 meses, por situação face ao processo de RVCC

		Certificados	Grupo de Controlo	Total
Participou em alguma ação de formação profissional nos últimos 6 meses?	Sim	45,3%	26,4%	35,8%
	Não	54,7%	73,6%	64,2%
Total		100,0%	100,0%	100,0%

$\chi^2 = 11,25$; $p < 0,1$; $N = 296$

Participação em ações de formação profissional nos últimos 6 meses por situação face ao processo de RVCC por grupo

		Certificados	Grupo de Controlo	Total
Participou em algum curso não académico ou de formação profissional nos últimos 6 meses?	Sim	14,4%	12,2%	13,3%
	Não	85,6%	87,8%	86,7%
Total		100,0%	100,0%	100,0%

$\chi^2 = 0,35$; $p \approx 0,57$; $N = 296$

1.2. TIPOLOGIA 2.1.1 ESTÁGIOS PROFISSIONAIS

Inquéritos aos ex-estagiários de Estágios Profissionais apoiados pelo Programa Rumos

Caracterização do Universo

O universo é composto por 209 indivíduos que concluíram estágios financiados pelo Programa Rumos com contacto válido de e-mail constante na lista enviada pelo Instituto de Emprego da Madeira. O inquérito foi aplicado através de uma plataforma on-line ao universo, tendo-se obtido 185 questionários válidos.

Caracterização da amostra

Total de inquiridos por área de atividade do estágio profissional

	N	%
Ciências empresariais (comércio, marketing, finanças, banca e seguros, contabilidade e fiscalidade, secretariado, ...)	34	18,5
Ciências sociais e do comportamento (psicologia, sociologia, economia, ...)	28	15,2
Serviços sociais (serviços de apoio a crianças e jovens, trabalho social e orientação, ...)	26	14,1
Formação de professores/formadores e ciências da educação	11	6,0
Engenharia e técnicas afins (eletricidade, eletrónica, ...)	11	6,0
Arquitetura e construção	11	6,0
Saúde (técnicas de diagnóstico e terapêutica, terapia e reabilitação, ...)	9	4,9
Serviços pessoais (hotelaria e restauração, turismo e lazer, ...)	8	4,3
Artes (audiovisuais e produção dos media, design, artesanato)	7	3,8
Ciências da vida (biologia, bioquímica, ciências do ambiente)	7	3,8
Humanidades (línguas, história, ...)	5	2,7
Informação e jornalismo	5	2,7
Direito	5	2,7
Informática	5	2,7

Indústrias transformadoras (indústrias alimentares, indústrias do têxtil, vestuário e couro, materiais,...)	4	2,2
Ciências físicas (física, química, ciências da terra,...)	3	1,6
Agricultura, silvicultura e pescas	2	1,1
Proteção do ambiente (tecnologia de proteção do ambiente, ambientes naturais e vida selvagem, serviços de saúde pública)	2	1,1
Serviços de segurança (segurança e higiene no trabalho, proteção de pessoas e bens)	1	0,5
Total	184	100,0

Total de inquiridos por área de atividade do estágio profissional (recodificada)

	N	%
Ciências sociais, comércio e direito	72	39,1
Saúde e proteção social	35	19,0
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	26	14,1
Ciências, matemática e informática	15	8,2
Artes e humanidades	12	6,5
Educação	11	6,0
Serviços	11	6,0
Agricultura (e pescas)	2	1,1
Total	184	100,0

Total de inquiridos por sexo

	N	%
Feminino	127	69,4
Masculino	56	30,6
Total	183	100,0

Total de inquiridos por idade

	N	%
Menos de 25 anos	64	35,2
Entre 26 e 30 anos	81	44,5
Entre 31 e 35 anos	35	19,2
Mais de 35 anos	2	1,1
Total	182	100,0

Total de inquiridos por local de residência habitual

	N	%
Na Região Autónoma da Madeira	170	92,9
Em Portugal Continental e Região Autónoma dos Açores	9	4,9
Fora de Portugal	4	2,2
Total	183	100,0

Total de inquiridos por grau de diploma de ensino superior

	N	%
Bacharelato	1	0,5
Licenciatura	171	92,4
Mestrado	13	7,0
Total	185	100,0

Total de inquiridos por tipo de organização acolhedora do Estágio Profissional

	N	%
Administração pública central, regional ou local	61	33,5
Empresa pública	18	9,9
Instituto público	20	11,0
Empresa privada	48	26,4
Organização privada sem fins lucrativos nacional	34	18,7
Organização privada sem fins lucrativos internacional	1	0,5
Total	182	100,0

Contributo do Estágio Profissional para a transição para a vida ativa

Tempo de obtenção do primeiro emprego após a conclusão do Estágio Profissional

	N	%
Até 3 meses	76	61,3
Entre 3 e 6 meses	15	12,1
Entre 6 meses e 12 meses	19	15,3
Mais de um ano	14	11,3
Total	124	100,0

Tempo de obtenção do primeiro emprego após a conclusão do Estágio Profissional, por área de atividade do Estágio

	Quanto tempo decorreu entre a conclusão do estágio profissional e a obtenção do seu primeiro emprego?				Total	N
	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Mais de um ano		
Educação	71,4%	0,0%	14,3%	14,3%	100,0%	7
Artes e humanidades	75,0%	0,0%	0,0%	25,0%	100,0%	8
Ciências sociais, comércio e direito	66,7%	8,3%	14,6%	10,4%	100,0%	48
Ciências, matemática e informática	54,5%	18,2%	18,2%	9,1%	100,0%	11
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	70,6%	23,5%	5,9%	0,0%	100,0%	17
Agricultura (e pescas)	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	1
Saúde e proteção social	39,1%	13,0%	26,1%	21,7%	100,0%	23
Serviços	66,7%	11,1%	22,2%	0,0%	100,0%	9
Total	61,3%	12,1%	15,3%	11,3%	100,0%	124

Tempo de obtenção do primeiro emprego após a conclusão do Estágio Profissional, por tipo de organização acolhedora do estágio

	Tempo decorrido				Total	N
	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Mais de um ano		
Administração pública central, regional ou local	30,6%	16,7%	27,8%	25,0%	100,0%	36
Empresa pública	45,5%	36,4%	0,0%	18,2%	100,0%	11
Instituto público	36,4%	9,1%	45,5%	9,1%	100,0%	11
Empresa privada	92,1%	2,6%	2,6%	2,6%	100,0%	38
Organização privada sem fins lucrativos nacional	73,1%	11,5%	11,5%	3,8%	100,0%	26
Organização privada sem fins lucrativos internacional	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	1
Total	61,0%	12,2%	15,4%	11,4%	100,0%	123

Meios de obtenção do primeiro emprego após a conclusão da formação realizada

	N	%
Fiquei a trabalhar onde fiz o Estágio Profissional	60	46,2
Fiz uma candidatura espontânea	25	19,2
Fui convidado por uma pessoa que conheci na Entidade onde estagiei	13	10,0
Respondi a uma oferta indicada por familiar/amigo	10	7,7
Fui convidado por um amigo/ familiar	10	7,7
Respondi a uma oferta que me foi indicada pelo IEM	6	4,6
Respondi a uma oferta de internet, rádio ou jornal	6	4,6
Total	130	100,0

Situação perante o trabalho dos ex-estagiários, em dezembro de 2011

	N	%
Empregado	112	63,3
Desempregado	52	29,4
Inativo	13	7,3
Total	177	100,0

Situação dos ex-estagiários face ao emprego, em dezembro de 2011, por área de atividade do estágio profissional

		Empregado	Desempregado	Inativo	Total (N)
Área de estágio	Educação	60,0%	30,0%	10,0%	10
	Artes e humanidades	58,3%	41,7%	0,0%	12
	Ciências sociais, comércio e direito	58,0%	33,3%	8,7%	69
	Ciências, matemática e informática	73,3%	20,0%	6,7%	15
	Engenharia, indústrias transformadoras e construção	52,0%	36,0%	12,0%	25
	Agricultura (e pescas)	50,0%	50,0%	0,0%	2
	Saúde e proteção social	75,8%	21,2%	3,0%	33
	Serviços	81,8%	9,1%	9,1%	11
	Total	63,3%	29,4%	7,3%	177

Situação dos ex-estagiários face à profissão, em dezembro de 2011

	N	%
Patrão	1	0,9
Trabalhador por conta de outrem	97	89,0
Trabalhador por conta própria	11	10,1
Total	109	100,0

Situação dos ex-estagiários por tipo de vínculo contratual, em dezembro de 2011

	N	%
Efetivo(a)	35	36,1
Contratado(a) a prazo	55	56,7
Contrato de prestação de serviços ("recibos verdes")	3	3,1
Estagiário(a) remunerado	2	2,1
Bolseiro(a)	2	2,1
Total	97	100,0

Nota: Esta questão aplica-se apenas aos trabalhadores por conta de outrem.

Situação dos ex-estagiários por tipo de regime laboral, em dezembro de 2011

	N	%
Trabalho a tempo inteiro	102	94,4
Trabalho a tempo parcial	4	3,7
Trabalho ocasional	2	1,9
Total	108	100,0

Nota: Esta questão aplica-se aos trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores por conta própria.

Tipo de organização de enquadramento profissional dos ex-estagiários, em dezembro de 2011

	N	%
Administração pública central, regional ou local	26	26,8
Empresa pública (incluindo empresas municipais ou regionais)	12	12,4
Instituto público	6	6,2
Empresa privada	36	37,1
Organização privada sem fins lucrativos nacional	16	16,5
Organização privada sem fins lucrativos internacional	1	1,0
Total	97	100,0

Nota: Esta questão aplica-se apenas aos trabalhadores por conta de outrem.

Dimensão da organização de enquadramento profissional dos ex-estagiários, em dezembro de 2011

	N	%
<9 trabalhadores	21	21,6
10-49 trabalhadores	26	26,8
50-249 trabalhadores	26	26,8
>250 trabalhadores	24	24,7
Total	97	100,0

Dimensão da organização de enquadramento profissional (empresas privadas)

	N	%
<9 trabalhadores	11	30,6
10-49 trabalhadores	14	38,9
50-249 trabalhadores	6	16,7
>250 trabalhadores	5	13,9
Total	36	100,0

Setores de atividade onde os ex-estagiários desempenham atividade profissional, em dezembro de 2011

	N	%
Saúde ou apoio social	30	30,6
Educação	13	13,3
Consultoria científica e técnica (excluindo informática)	10	10,2
Atividades artísticas, desportivas ou recreativas	8	8,2
Construção civil	6	6,1
Comércio por grosso e a retalho	5	5,1
Alojamento e restauração	4	4,1
Telecomunicações ou consultoria em informática	4	4,1
Atividades financeiras e de seguros	4	4,1
Administração Pública (apenas funções administrativas)	4	4,1

Agricultura, caça, floresta e pesca	1	1,0
Indústrias extrativas	1	1,0
Indústrias transformadoras	1	1,0
Produção e distribuição de energia	1	1,0
Transportes e armazenagem	1	1,0
Comunicação social (incluindo edição de livros)	1	1,0
Outra	4	4,1
Total	98	100,0

Local de trabalho dos ex-estagiários, em dezembro de 2011

	N	%
Na Região Autónoma da Madeira	106	97,2
Em Portugal Continental e Região Autónoma dos Açores	3	2,8
Total	109	100,0

Rendimento auferido pelos ex-estagiários, em dezembro de 2011

	N	%
Menos de 750€	35	32,7
750 – 999€	32	29,9
1000 – 1249€	32	29,9
1250 – 1499€	5	4,7
1500 – 1999€	2	1,9
2000 – 2500€	1	0,9
Total	107	100,0

Grupo de controlo – Análise da informação recolhida pelo IEM

O universo a partir do qual foi escolhido o grupo de controlo é composto por jovens desempregados inscritos nos Centros de Emprego entre 2007 e 2011, com ensino superior, em condições de realizar estágio profissional, mas que não ingressaram neste tipo de medida, de acordo com lista fornecida pelo IEM. O grupo de controlo corresponde a uma amostra deste universo, estratificada por áreas de formação e com a distribuição de indivíduos por cada estrato a ser sensivelmente proporcional à que se encontra na amostra de estagiários efetivos.

Deve ser notado que a lista a partir da qual foi construído grupo de controlo apresenta particularidades que importa contextualizar:

- É frequente existirem várias entradas referentes à mesma pessoa, presumivelmente resultando de diferentes momentos de recolha de informação. Isto levou a que se assumisse como informação de referência para a caracterização de cada indivíduo aquela que constava na entrada mais recente;
- A data da entrada mais recente é variável entre indivíduos, o que impede que a informação seja vista como um corte transversal - isto é, como descrevendo a situação de todos os indivíduos do grupo num determinado ponto no tempo;
- A estrutura da base de dados fornecida pelo IEM pode favorecer a sobreestimação da proporção de desempregados no grupo de controlo pois cerca de 40% das entradas referentes a situações de desemprego têm data anterior a 1 de janeiro de 2011. Não existindo informação mais recente, é impossível garantir que a situação se mantenha no momento de referência do estudo (dezembro de 2011).²

Com as devidas reservas associadas a este perfil de informação, é apresentada a situação face ao emprego do grupo de controlo, de acordo com a última informação disponível para cada elemento.

Situação perante o trabalho do Grupo de Controlo – última informação disponível

	N	%
Empregado	479	46,5
Desempregado	541	53,5
Total	1011	100,0

² É certo que a mesma questão se poderia colocar relativamente aos inquiridos dados na base do IEM como empregados. No entanto, é razoável assumir que, caso o inquirido se voltasse a registar num Centro de Emprego, existiria uma entrada mais recente dando conta desse facto – pelo que, neste caso, a informação será mais fiável.

2. INQUÉRITOS ÀS ENTIDADES BENEFICIÁRIAS

2.1. TIPOLOGIA 1.1.2 CURSOS PROFISSIONALIZANTES

Caracterização das Entidades Beneficiárias

Natureza das Entidades Beneficiárias

	N	%
Escola básica e secundária	3	30,0
Escola profissional	6	60,0
Organização privada sem fins lucrativos	1	10,0
Total	10	100,0

Experiência formativa das entidades em matéria de formação profissionalizante, dirigida a jovens, anterior a 2007

	Sim	Não	N
Sim, em termos de formação cofinanciada	70,0%	30,0%	10
Sim, em termos de formação não cofinanciada	20,0%	80,0%	10
Não	20,0%	80,0%	10

Modelos de execução da formação adotados pelas Entidades Beneficiárias

	Sim	Não	N
Com recurso a formadores externos e internos	70,0%	30,0%	10
Apenas com recurso a formadores externos	30,0%	70,0%	10

Dinâmicas de execução dos projetos

Mecanismos de diagnóstico de necessidades implementados pelas Entidades Beneficiárias

	Sim	Não	N
Inquirição a entidades empregadoras	50,0%	50,0%	10
Explicitação individual dos interesses/ necessidades de formação dos jovens	60,0%	40,0%	10
Consulta de referenciais/ estudos de âmbito nacional, regional ou sectorial (referenciais regionais, PDES, ...)	90,0%	10,0%	10
Outros*	10,0%	90,0%	10

*Inquéritos à comunidade

Fatores determinantes para a definição dos projetos executados

	Nada importante		Pouco importante		Importante		Muito importante		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Procura dos cursos por parte dos jovens	0	0,0	0	0,0	1	10,0	9	90,0	10	100,0
Abrangência de setores/ áreas profissionais prioritários para a competitividade da Madeira	0	0,0	0	0,0	1	10,0	9	90,0	10	100,0
Potencial de empregabilidade dos cursos	0	0,0	0	0,0	3	30,0	7	70,0	10	100,0
Adequação às infraestruturas e equipamentos existentes	0	0,0	1	11,1	5	55,6	3	33,3	9	100,0
Adequação à estrutura de recursos humanos disponível	1	11,1	1	11,1	4	44,4	3	33,3	9	100,0
Perfil da oferta existente noutras entidades	0	0,0	3	33,3	6	66,7	0	0,0	9	100,0

formadoras										
------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Ajustamentos introduzidos nos projetos executadas

Existência de ajustamentos significativos aos projetos executados face ao que estava previsto nas candidaturas

	N	%
Sim	2	20,0
Não	8	80,0

Tipo de ajustamentos introduzidos nos projetos executados

	Sim	Não	N
Cronograma dos cursos	50,0%	50,0%	2
Cobertura de necessidades/ problemas não previstos inicialmente	50,0%	50,0%	2
Redução do número de abrangidos	50,0%	50,0%	2

Motivos associados aos ajustamentos introduzidos:

- Os custos com a formação da componente de tecnológica com as entidades externas foram superiores aos estimados.

Resultados dos projetos realizados

Perceção das Entidades Beneficiárias quanto ao contributo dos projetos realizados para o cumprimento dos objetivos da Tipologia

	Contributo nulo		Contributo fraco		Contributo médio		Contributo forte		NS/NR		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Adquirir competências técnicas específicas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	100,0	0	0,0	9	100,0
Aumentar os níveis de qualificação escolar dos jovens	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	100,0	0	0,0	9	100,0
Preparar os jovens para o exercício de uma profissão	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	100,0	0	0,0	9	100,0
Aumentar os níveis de qualificação profissional dos jovens	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	100,0	0	0,0	9	100,0
Aumentar as condições de empregabilidade dos jovens	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	100,0	0	0,0	9	100,0
Contribuir para o combate ao insucesso e à saída escolar precoce	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	100,0	0	0,0	9	100,0
Adquirir competências escolares	0	0,0	0	0,0	1	11,1	8	88,9	0	0,0	9	100,0
Promover a inserção profissional dos jovens	0	0,0	0	0,0	1	11,1	8	88,9	0	0,0	9	100,0
Desenvolver competências pessoais, interpessoais e sociais (cumprimento de regras, capacidade de trabalho em equipa, iniciativa, ...)	0	0,0	0	0,0	3	33,3	6	66,7	0	0,0	9	100,0
Aumentar a frequência de outras ações de formação profissional	0	0,0	0	0,0	5	62,5	3	37,5	0	0,0	8	100,0
Promover o prosseguimento de estudos	0	0,0	0	0,0	8	88,9	1	11,1	0	0,0	9	100,0

Fatores internos e externos com impacto no grau de alcance dos resultados previstos

	Influência positiva		Influência negativa		Sem influência	
	N	%	N	%	N	%
Espaços e equipamentos afetos (adequação às exigências dos cursos)	6	75,0	0	0,0	2	25,0
Recursos financeiros afetos (cobertura de despesas relevantes e disponibilidade)	5	62,5	1	12,5	2	25,0
Corpo docente (preparação técnica específica)	7	87,5	0	0,0	1	12,5
Formação prática e formação em contexto de trabalho (adequação às necessidades de formação)	7	87,5	0	0,0	1	12,5
Procura dos cursos por parte dos jovens e das famílias (motivações e expectativas)	7	87,5	0	0,0	1	12,5
Participação dos jovens nos cursos (envolvimento/ interesse na formação)	8	100,0	0	0,0	0	0,0
Participação dos potenciais empregadores (valorização dos cursos e envolvimento na formação)	6	75,0	1	12,5	1	12,5
Pertinência dos cursos (adequação às necessidades do mercado de trabalho)	8	100,0	0	0,0	0	0,0
Outros*	0	0,0	0	0,0	2	100,0

* Atrasos nos pagamentos de reembolsos e saldos.

Ajustamentos ao Programa Rumos

Propostas de melhoria a introduzir à Tipologia de Cursos Profissionalizantes do Programa Rumos

A. Mecanismos de operacionalização do Programa (p.e., prazos, períodos de candidatura,...)

• Os prazos mais alargados a resposta atempada;
• Período candidaturas e respetiva aprovação mais cedo;
• Prolongar os prazos até às primeiras 2 semanas de junho;
• Atrasos nos pagamentos de reembolsos e de Saldos.

B. Público-alvo abrangido

- Consideramos que o público-alvo a abranger deveria ser os adultos ativos desempregados.

C. Recursos de apoio à realização dos cursos

• Formadores sem limite de horas de acumulação;
• Consideramos que os recursos de apoio à realização dos cursos deveriam chegar em prazos mais reduzidos, de forma a que as entidades beneficiárias possam gerir melhor os recursos.

Níveis em que é prioritário introduzir melhorias ao nível da formação inicial dos jovens

A. Áreas de intervenção

• Formação nos domínios da Ética e Cidadania;
• Privilegiar a oferta de cursos profissionais e de CETs

B. Destinatários das ações de educação/ formação

• Jovens com baixas qualificações, desempregados;
• Consideramos que o público-alvo a abranger deveriam ser os adultos ativos desempregados.

C. Organização dos agentes e da oferta

• Melhor articulação na rede de ofertas formativas;
• Organização da rede, oferta de formação

D. Recursos afetos

• Apoio às instalações;
• Permitir apoios na alimentação, transporte e seguros.

E. Relação com intervenções complementares

<ul style="list-style-type: none"> Medidas para apoio à inserção profissional dos jovens;
<ul style="list-style-type: none"> Formação complementar em várias especializações;
<ul style="list-style-type: none"> Dar mais atenção à inserção profissional;
<ul style="list-style-type: none"> Consideramos fundamental a existência de intervenções complementares ao nível da orientação escolar e vocacional e da inserção profissional, por forma a que a taxa de empregabilidade dos jovens aumente de uma forma significativa

Comentários finais

<ul style="list-style-type: none"> Estas foram questões que também têm vindo a ser objeto de estudo e análise na nossa Entidade. Com a nossa ação, queremos contribuir para ajudar a vencer as duas maiores crises que atravessamos: a crise económica e a crise de valores, sendo que uma e outra se cruzam e influenciam.
<ul style="list-style-type: none"> As despesas com transporte escolar, seguro e alimentação, em dias que os formandos tenham de se deslocar à instituição parceira deveriam ser cofinanciadas.
<ul style="list-style-type: none"> Consideramos de elemental justiça referir que temos tido todo o apoio possível da hierarquia do Programa Rumos, a todos os níveis do seu funcionamento. Se mais não fazem é porque não é possível. Mesmo quando não podem efetuar pagamentos, por não disporem dos necessários meios, fazem-no com invulgar simpatia, associando sempre disponibilidade e rigor de procedimentos.
<ul style="list-style-type: none"> Consideramos que seria importante que os institutos profissionais privados não ficassem excluídos do financiamento a esta tipologia, como acontece para o ano letivo de 2012/2013, uma vez que somos procurados por imensos jovens e temos áreas de intervenção para as quais as instituições públicas não têm capacidade de resposta.

2.2. TIPOLOGIA 1.1.3 CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Caracterização das entidades beneficiárias

Natureza das entidades beneficiárias

	N	%
Escola básica e secundária	18	72,0
Escola profissional	2	8,0
Empresa	1	4,0
Centro de Formação	2	8,0
Organização privada sem fins lucrativos	1	4,0
Outra	1	4,0
Total	25	100,0

Experiência formativa das entidades em matéria de formação profissionalizante, dirigida a jovens, anterior a 2007

	Sim	Não	Total (N)
Sim, em termos de formação cofinanciada	20,0%	80,0%	25
Sim, em termos de formação não cofinanciada	56,0%	44,0%	25
Não	32,0%	68,0%	25

Modelos de execução da formação adotados pelas entidades beneficiárias

	Sim	Não	Total (N)
Através de contratação de entidade externa	16,0%	84,0%	25
Com recurso a formadores externos e internos	56,0%	44,0%	25
Apenas com recurso a formadores externos	16,0%	84,0%	25
Apenas com recursos internos	20,0%	80,0%	25

Dinâmicas de execução de projetos

Mecanismos de diagnóstico de necessidades implementados pelas entidades beneficiárias

	Sim	Não	Total (N)
Inquirição a entidades empregadoras	12,0%	88,0%	25
Explicitação dos interesses/necessidades de formação dos jovens	88,0%	12,0%	25
Consulta de referenciais/estudos de âmbito nacional, regional ou sectorial (referenciais regionais, PDES,...)	56,0%	44,0%	25
Outros	4,0%	96,0%	25

Fatores determinantes para a definição dos projetos executados

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Total (N)
Perfil da oferta existente noutras entidades formadoras	4,0%	28,0%	56,0%	12,0%	25
Procura dos cursos por parte dos jovens	0,0%	0,0%	28,0%	72,0%	25
Adequação à estrutura de recursos humanos disponível	0,0%	8,0%	64,0%	28,0%	25
Adequação às infraestruturas e equipamentos existentes	0,0%	12,0%	60,0%	28,0%	25
Abrangência de setores/ áreas profissionais prioritários para a competitividade da Madeira	0,0%	4,0%	48,0%	48,0%	25
Potencial de empregabilidade dos cursos	0,0%	0,0%	20,8%	79,2%	24

Ajustamentos introduzidos nos projetos executadas

Existência de ajustamentos significativos aos projetos executados face ao que estava previsto nas candidaturas

	N	%
Sim	6	24,0
Não	19	76,0
Total	25	100,0

Tipo de ajustamentos introduzidos nos projetos executados

	Sim	Não	Total (N)
Cronograma dos cursos	33,3%	66,7%	6
Cobertura de necessidades não previstas inicialmente	50,0%	50,0%	6
Substituição dos cursos previstos	16,7%	83,3%	6
Abrangência de destinatários não previstos inicialmente	0,0%	100,0%	6
Redução do número de abrangidos	50,0%	50,0%	6
Aumento do número de abrangidos	16,7%	83,3%	6
Outro tipo de ajustamento	16,7%	83,3%	6

Motivos associados aos ajustamentos introduzidos:

<ul style="list-style-type: none"> Aumento da taxa do Iva; valores praticados pelas empresas a quem foi adjudicado a prestação de serviços (formação tecnológica); planificação por parte das empresas contratadas.
<ul style="list-style-type: none"> Indisponibilidade de formadores; alterações de atividades inerentes à formação
<ul style="list-style-type: none"> Ajustamento a nível na formação técnica, devido a atrasos por via dos concursos a formadores externos.
<ul style="list-style-type: none"> 1. Alteração de cursos previstos dado que houve um curso que não deu início por falta de alunos; 2. Foram, inicialmente, previstos um número de alunos que dadas as inscrições nos cursos verificou-se que esse número diminuiu; 3. A previsão de custos altera-se devido ao facto de muitas vezes a abordagem inicial sofrer algumas alterações até à data de início dos cursos.
<ul style="list-style-type: none"> Devido a desistências de alguns alunos

Resultados dos projetos realizados

Perceção das Entidades Beneficiárias quanto aos contributos dos projetos para o cumprimento da tipologia

	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo médio	Contributo forte	Total (N)
Adquirir competências escolares	0,0%	0,0%	37,5%	62,5%	24
Adquirir competências técnicas específicas	0,0%	0,0%	4,0%	96,0%	25
Aumentar os níveis de qualificação escolar dos jovens	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	24
Preparar os jovens para o exercício de uma profissão	0,0%	0,0%	16,0%	84,0%	25
Aumentar os níveis de qualificação profissional dos jovens	0,0%	0,0%	8,0%	92,0%	25
Desenvolver competências pessoais, interpessoais e sociais (cumprimento de regras, capacidade de trabalho em equipa, iniciativa, ...)	0,0%	0,0%	24,0%	76,0%	25
Promover o prosseguimento de estudos	0,0%	16,0%	48,0%	36,0%	25
Aumentar a frequência de outras ações de formação profissional	4,2%	0,0%	62,5%	33,3%	24
Aumentar as condições de empregabilidade dos jovens	0,0%	4,2%	20,8%	75,0%	24
Contribuir para o combate ao insucesso e à saída escolar precoce	0,0%	0,0%	17,4%	82,6%	23
Promover a inserção profissional dos jovens	0,0%	0,0%	24,0%	76,0%	25

Resultados não esperados

- Não foram indicados resultados não esperados

Fatores internos e externos com impacto no grau de alcance dos resultados previstos

	Influência positiva	Influência negativa	Sem influência	Total (N)
Espaços e equipamentos afetos (adequação às exigências dos cursos)	84,0%	0,0%	16,0%	25
Recursos financeiros afetos (cobertura de despesas relevantes e disponibilidade)	84,0%	4,0%	12,0%	25
Corpo docente (preparação técnica específica)	92,0%	0,0%	8,0%	25
Formação prática e formação em contexto de trabalho (adequação às necessidades de formação)	95,8%	0,0%	4,2%	24
Procura dos cursos por parte dos jovens e das famílias (motivações e expectativas)	92,0%	4,0%	4,0%	25
Participação dos jovens nos cursos (envolvimento/ interesse na formação)	100,0%	0,0%	0,0%	25
Participação dos potenciais empregadores (valorização dos cursos e envolvimento na formação)	84,0%	0,0%	16,0%	25
Pertinência dos cursos (adequação às necessidades do mercado de trabalho)	100,0%	0,0%	0,0%	25

Ajustamentos ao Programa Rumos

Propostas de melhoria a introduzir à Tipologia de Cursos de Educação e Formação do Programa Rumos

A. Critérios de seleção

<ul style="list-style-type: none"> Permitir que empresas como a nossa se possam candidatar a projetos CEF, o que infelizmente em 2012/2013 não abriu
<ul style="list-style-type: none"> Consultar entidades e potenciais empregadores
<ul style="list-style-type: none"> Inquéritos, entrevista e provas de aptidão pelo Serviço de Psicologia e Orientação

B. Mecanismos de operacionalização do programa

<ul style="list-style-type: none"> A candidatura deveria ser posterior à matrícula dos alunos nos respetivos cursos
<ul style="list-style-type: none"> O período de candidatura deveria ser posterior à matrícula dos alunos nos respetivos cursos
<ul style="list-style-type: none"> Desburocratizar

<ul style="list-style-type: none"> • Por vezes os prazos são difíceis de cumprir devido à dinâmica das escolas: aulas/atividades.
<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de dois anos
<ul style="list-style-type: none"> • Alargamento do prazo, devido às necessidades de ajustamento no perfil dos formandos interessados.
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a comunicação e simplificar os processos
C. Orientação estratégica e objetivos da tipologia
<ul style="list-style-type: none"> • Orientação crescente na formação de profissionais da área da saúde.
<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir as expectativas dos alunos em cursos Tipo 2, conferindo equivalência do 9.º ano
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria no processo burocrático das candidaturas.
D. Público-alvo abrangido
<ul style="list-style-type: none"> • Alargar o estrato etário
<ul style="list-style-type: none"> • Deve ser tido em conta, como critério específico, o perfil do candidato à futura profissão
<ul style="list-style-type: none"> • Maior divulgação do Programa Rumos
<ul style="list-style-type: none"> • Adolescentes maiores de 15 anos, com insucesso escolar e em risco de abandono escolar
E. Recursos de apoio à conceção dos cursos
<ul style="list-style-type: none"> • Mais recursos na conceção dos Cursos
<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de Psicologia e Orientação
F. Recursos de apoio à realização dos cursos
<ul style="list-style-type: none"> • Maior celeridade nos pagamentos
<ul style="list-style-type: none"> • A necessidade do reforço de apoios financeiros por formando por hora, pois tem ocorrido um grande aumento do custo despesas derivado ao aumento da carga fiscal e um aumento da insularidade por parte das regiões insulares como é a Região Autónoma da Madeira.
<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de celeridade no pagamento dos pedidos de reembolso.
<ul style="list-style-type: none"> • É importante que as escolas possuam financiamento para este tipo de cursos, pois a falta deste por vezes pode comprometer a sua execução.
<ul style="list-style-type: none"> • Docentes do Quadro da Escola e Protocolo com entidades exteriores para a formação da componente tecnológica
<ul style="list-style-type: none"> • Maior celeridade na disponibilidade de materiais e equipamentos para os cursos.
<ul style="list-style-type: none"> • Formação para os elementos que irão desenvolvê-lo.
G. Outros domínios
<ul style="list-style-type: none"> • Consideramos errada a penalização das entidades face a eventuais desistências por parte dos formandos. Gasta-se dinheiro durante 1 ano ou mais, desistem ou perdem por faltas e vão para outro curso, noutra escola pública onde o investimento do estado volta a repetir-se. Os lesados deviam de ser os formandos desistentes e não as entidades cuja estrutura não muda face à nova realidade.
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria na articulação Educação-Formação-Trabalho para garantir uma maior adequação às necessidades do trabalho
<ul style="list-style-type: none"> • Os recursos suscetíveis de financiamento são muito limitados, não deixando grande margem de manobra para a melhoria das condições de formação... Deveria ser possível financiar a aquisição de recursos que permitissem melhorar a experiência formativa dos formandos!
<ul style="list-style-type: none"> • Melhor e mais apoio jurídico-financeiro

Níveis em que é prioritário introduzir melhorias ao nível da formação inicial dos jovens

F. Áreas de intervenção
<ul style="list-style-type: none"> • Nas necessidades prioritárias
<ul style="list-style-type: none"> • Áreas que apresentam lacunas nos serviços, isto é, de modo especial na áreas onde as pessoas precisam de ter habilitações profissionais em áreas específicas como a área da saúde, área prioritária. Domínio dos cuidados da saúde, do turismo de saúde e bem-estar.
<ul style="list-style-type: none"> • Estudo das necessidades do mercado de trabalho
<ul style="list-style-type: none"> • Comportamento e respeito pela autoridade.
<ul style="list-style-type: none"> • Alargar as áreas de intervenção para outro tipo de prioridades
G. Destinatários das ações de educação formação
<ul style="list-style-type: none"> • Públicos desfavorecidos e desempregados
<ul style="list-style-type: none"> • Em públicos com necessidades especiais
<ul style="list-style-type: none"> • Desempregados e jovens com baixa qualificações.
<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação profissional de quadros com formação.
<ul style="list-style-type: none"> • Maior divulgação junto dos jovens com baixas qualificações; desempregados, etc.
<ul style="list-style-type: none"> • O insucesso escolar é um problema crescente que não se limita aos alunos com muitas retenções e idades mais avançadas os CEF deveriam permitir a integração de outros públicos com idades mais jovens que também se encontram em risco!
H. Organização dos agentes e da oferta

<ul style="list-style-type: none"> Qualidade dos agentes e organização em rede
<ul style="list-style-type: none"> Maior oferta de formação
<ul style="list-style-type: none"> Manter a possibilidade de entidades privadas poderem candidatar-se aos Cursos de Educação e Formação.
<ul style="list-style-type: none"> Ajustamento da oferta de formação face às necessidades de empregabilidade
<ul style="list-style-type: none"> Deve ser valorizado o trabalho das entidades formadoras com experiência na realização de cursos CEF. A falta atual de verbas não pode justificar, per si, a exclusão de entidades com o perfil da nossa. Deve ser valorizada a qualidade dos agentes.
I. Recursos afetos
<ul style="list-style-type: none"> Referenciais de suporte à identificação de necessidades
<ul style="list-style-type: none"> Equipamentos
<ul style="list-style-type: none"> Ter o cuidado na escolha de formadores com experiência profissional. Reforço do apoio financeiro por formando para fazer face ao aumento dos custos. Entidades formadoras que comprovem ter os recursos de instalações e equipamentos apropriado à ação formativa.
<ul style="list-style-type: none"> Gestores; equipamentos.
<ul style="list-style-type: none"> Por vezes é complicado conseguir financiamento para investir nas instalações, equipamentos específico para determinado Curso de Educação e Formação.
<ul style="list-style-type: none"> Mais apoio financeiro e equipamentos afeitos à formação em cada curso
<ul style="list-style-type: none"> A gestão das candidaturas ao Rumos é demasiado complexa, pelo que seria necessária a existência de gestores administrativos que fizessem este tipo de trabalho nas escolas
J. Relação com intervenções complementares
<ul style="list-style-type: none"> Orientação vocacional e apoio à inserção profissional
<ul style="list-style-type: none"> Apoio á inserção profissional
<ul style="list-style-type: none"> Formação complementar e especializada. Apoio à inserção profissional e procura ativa de trabalho.
<ul style="list-style-type: none"> Apoio suplementar em medidas de inserção profissional dos jovens.
<ul style="list-style-type: none"> Orientação escolar e vocacional; estudo do mercado de trabalho; apoio à inserção vocacional

Comentários finais

<ul style="list-style-type: none"> Infelizmente não poderemos nos candidatar a nenhum CEF no ano 2012/2013 visto o financiamento restringir-se às escolas públicas. As entidades que apresentam resultados meritórios ao longo de décadas de formação não deveriam de ser penalizadas desta maneira.
<ul style="list-style-type: none"> Tal como já foi referido no ponto anterior a possibilidade de entidades como a nossa se candidatarem a esta tipologia é extremamente importante, pois permite a formandos com dificuldades de aprendizagem frequentarem com sucesso estes cursos. É exatamente isso que está acontecer com os nossos. E é com muita tristeza que, pelo menos por agora, não possa proporcionar a outros jovens como os que aqui estão a oportunidade de sucesso, aprendizagem, conhecimento, companheirismo, apoio que estes estão a ter. Acreditamos que num futuro próximo possamos dar a outros jovens o que estão a oportunidade que estamos a proporcionar aos que aqui estão connosco e que já fazem parte da nossa família.
<ul style="list-style-type: none"> Do retorno que a nossa entidade formadora tem tido dos nossos parceiros, dos nossos formadores externo e simultaneamente docentes no sistema regular de ensino, dos nossos formadores externos da formação tecnológica e profissionais ativos e experientes das necessidade de mercado de emprego e contratação no setor da formação em causa e por fim do contato com os próprios formandos, temos a plena noção do grande empenho e grau de exigência que é pedido e empregue à entidade de formação profissional de modo especial na parte pedagógica e educativa mas também de gestão e controlo financeiro.
<ul style="list-style-type: none"> A nossa evolução da atividade, no âmbito dos Cursos de Educação e Formação, depende única e exclusivamente da aprovação das candidaturas da própria entidade (Fundação da Juventude).
<ul style="list-style-type: none"> A realização de Cursos de Educação e Formação visa uma maior aproximação entre o público-alvo (formandos) e os potenciais empregadores, de forma a garantir a empregabilidade.
<ul style="list-style-type: none"> A entidade está impedida para no ano de 2012 (e não sabemos se nos anos seguintes) voltar a iniciar cursos CEF (e de Aprendizagem). De oito cursos que temos atualmente em funcionamento, apenas três funcionarão no próximo ano letivo, dado que cinco cursos terminam este ano (o que representa uma redução de 62,5%). Para este ano de 2012 as entidades formadoras privadas da RAM ficaram impedidas de apresentar novos cursos para esta tipologia. Tal situação penaliza-nos muito, pois temos uma estrutura funcional adequada ao volume da formação que temos vindo a realizar. O fim de cursos que não possam ter continuidade em novos cursos obrigará a reduzir a estrutura, eventualmente prejudicando a qualidade de funcionamento dos restantes cursos que já se encontram a decorrer e que necessitam de sustentação física e humana. Além de que consideramos injusto, após termos realizado um trabalho que tem sido diferenciado no mercado da formação e com qualidade reconhecida, ficarmos impedidos de continuar a nossa atividade por questões políticas e financeiras. Pensamos que temos neste momento uma boa rede de stakeholders que reconhecem a qualidade do nosso trabalho, incluindo entidades de estágio, financiadoras, professores, alunos, pais, escolas e outros parceiros. Ao vermos reduzida de forma tão drástica a nossa atividade haverá certamente um impacto negativo nesta relação que se traduzirá em dificuldades acrescidas no funcionamento.
<ul style="list-style-type: none"> Numa zona onde o absentismo escolar é acentuado os Cursos de Educação e Formação adquirem um papel cada vez mais importante. Assim, a Escola pensa continuar a apostar e a reforçar esta oferta educativa, só possível com o apoio do Rumos.

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Face aos constrangimentos financeiros, não iniciaremos mais cursos de educação e formação até ao final de 2013. |
| <ul style="list-style-type: none"> • A nossa entidade neste momento e desde o início esteve sempre ligado em 1º lugar a formação de ativos, e irá continuar a ser o nosso principal objetivo, em relação aos cursos de educação e formação como as escolas acarinham essa modalidade acho que não faz muito sentido concorrermos com as escolas públicas. |

2.3. TIPOLOGIA 1.2.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Natureza das Entidades Beneficiárias

	N	%
Serviços da Administração Regional ou Local	9	34,6
Empresa	7	26,9
Organização Sindical	5	19,2
Autarquia local	2	7,7
Associação de Municípios	1	3,8
Outra	2	7,7
Total	26	100,0

Experiência formativa das EB anterior a 2007

	Sim	Não	Total (N)
Sim, em termos de formação cofinanciada	50,0%	50,0%	26
Sim, em termos de formação não cofinanciada	46,2%	53,8%	26
Não	34,6%	65,4%	26

Formas mais frequentes de execução da tipologia

	Sim	Não	Total (N)
Contratação de entidade externa	56,0%	44,0%	25
Com recurso a formadores externos e internos	40,0%	60,0%	25
Apenas com recurso a formadores externos	16,0%	84,0%	25
Apenas com recursos internos	12,0%	88,0%	25

Dinâmicas de execução de projetos

Mecanismos de diagnósticos de necessidades implementados pelas EB

	Sim	Não	Total (N)
Auscultação de entidades empregadoras/chefias	88,5%	11,5%	26
Explicitação individual das necessidades dos formandos	23,1%	76,9%	26
Consulta de referenciais e estudos de âmbito nacional, regional ou sectorial (p.e. referenciais regionais, PDES, ...)	19,2%	80,8%	26
Outros	3,8%	96,2%	26

Fatores determinantes para a definição dos projetos executados

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Total (N)
Perfil da oferta existente noutras entidades formadoras	15,4%	30,8%	53,8%	0,0%	26
Resposta a necessidades de atualização/aperfeiçoamento de competências dos trabalhadores	0,0%	3,8%	15,4%	80,8%	26
Resposta a estratégia de modernização e reorganização dos serviços/organismos (implementação de um novo projeto; simplificação de procedimentos,...)	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	26
Adequação à estrutura de formadores e outros recursos humanos disponíveis	0,0%	48,0%	44,0%	8,0%	25
Adequação às infraestruturas e equipamentos existentes para operacionalizar a formação	0,0%	24,0%	60,0%	16,0%	25
Decisão superior (Secretário Regional, Diretor Regional,...)	16,0%	8,0%	24,0%	52,0%	25

Ajustamentos introduzidos nos projetos executadas

Existência de ajustamentos significativos aos projetos executados face ao que estava previsto nas candidaturas

	N	%
Sim	11	42,3
Não	15	57,7
Total	26	100,0

Tipo de ajustamentos introduzidos nos projetos executados

	Sim	Não	Total (N)
Cronograma dos projetos	72,7%	27,3%	11
Cobertura de necessidades/problemas não previstos	36,4%	63,6%	11
Substituição dos cursos previstos	54,5%	45,5%	11
Abrangência dos destinatários não previstos inicialmente	9,1%	90,9%	11
Redução do número de abrangidos	27,3%	72,7%	11
Aumento do número de abrangidos	9,1%	90,9%	11
Outro tipo de ajustamentos	9,1%	90,9%	11

Motivos associados aos ajustamentos introduzidos:

- Na candidatura estavam definidos um número superior de formandos com vários níveis de qualificação.
- Dado os formandos desempenharem a sua atividade nas outras ilhas do arquipélago e haver alteração de datas de substituição devido a condições meteorológicas ou às atividades da Marinha, houve a necessidade de alterar o cronograma de modo a que todos os formandos pudessem participar.
- Alteração no número total de ações realizadas; alteração na estrutura de custos com transição de verbas entre rubricas; reformulação de prioridades com redução de algumas ações e introdução de novos cursos e pequenos reajustamentos da carga horária.
- Diminuição da despesa
- Substituição de curso por necessidade de priorização de efetuar formação na área da Intervenção em Incêndios em Túneis.
- Alteração de diplomas legais adjetivos com importância e também os movimentos de funcionários
- Comunicação tardia da aprovação da candidatura que também não foi aprovada na totalidade
- Cronograma dos Projetos: são formações essencialmente em horário laboral e frequentemente por questões de serviço não é possível cumprir os cronogramas inicialmente propostos; este ano tivemos ainda situações de greves dos guardas prisionais que levaram igualmente a alterações.
- Substituição dos cursos previstos: Surgiu devido à reorganização dos serviços da Administração Pública, a qual abrange a fusão das atuais Direção Geral dos Serviços Prisionais e Direção Geral de Reinserção Social numa única Direção Geral, e impôs um novo recorte para as funções desempenhadas no âmbito da intervenção técnica, bem como a adoção de novos procedimentos o que comprometeu a utilidade de um dos cursos candidatados e aprovados.
- Necessidade de realizar mais ações de modo a aumentar o nº de participantes e corresponder a uma procura superior à oferta.

Resultados dos projetos

Perceção das Entidades Beneficiárias quanto ao contributo dos projetos para o cumprimento da tipologia

	Contributo Nulo	Contributo Fraco	Contributo Médio	Contributo Forte	Total (N)	
Atualização/ aperfeiçoamento de competências profissionais dos trabalhadores	0,0%	0,0%	12,0%	88,0%	100,0%	25
Implementação de procedimentos por via eletrónica nos serviços/organismos	15,0%	15,0%	45,0%	25,0%	100,0%	20
Simplificação de procedimentos	0,0%	15,0%	35,0%	50,0%	100,0%	20
Promoção da inovação organizacional nos serviços/organismos	0,0%	4,3%	43,5%	52,2%	100,0%	23
Reorganização funcional dos serviços/organismos	0,0%	5,3%	57,9%	36,8%	100,0%	19
Introdução de novos modelos de gestão	0,0%	4,8%	61,9%	33,3%	100,0%	21
Aumento do número de processos resolvidos	5,9%	0,0%	47,1%	47,1%	100,0%	17
Redução de custos	0,0%	11,8%	41,2%	47,1%	100,0%	17
Qualidade do serviço prestado junto dos utentes	0,0%	0,0%	16,7%	83,3%	100,0%	24
Redução do tempo de resposta dos serviços prestados	0,0%	0,0%	47,4%	52,6%	100,0%	19
Melhoria dos níveis de satisfação dos utentes	0,0%	0,0%	27,3%	72,7%	100,0%	22

Resultados não esperados

Não foram registados quaisquer resultados não esperados

Fatores internos e externos com impacto no grau de alcance dos resultados previstos

	Influência positiva	Influência negativa	Sem influência	Total	
				%	N
Espaços e equipamentos afetos (adequação às exigências dos cursos)	75,0%	8,3%	16,7%	100,0%	24
Recursos financeiros afetos (cobertura de despesas relevantes e disponibilidade)	79,2%	12,5%	8,3%	100,0%	24
Qualidade dos formadores (preparação técnica específica)	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	24
Modalidades de formação utilizadas (p.e., formação a distância, formação - ação)	75,0%	4,2%	20,8%	100,0%	24
Programação da formação (duração, calendário,...)	87,5%	4,2%	8,3%	100,0%	24
Relação entre ações de formação e as necessidades dos serviços/projetos de modernização administrativa	91,7%	0,0%	8,3%	100,0%	24
Implicação e envolvimento das chefias na definição das necessidades dos serviços/projetos de modernização administrativa	83,3%	0,0%	16,7%	100,0%	24
Motivação e envolvimento dos formandos	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	24
Pertinência dos cursos (adequação às necessidades do mercado de trabalho)	95,8%	0,0%	4,2%	100,0%	24

Propostas de melhoria a introduzir à Tipologia de Formação para a Administração Pública do Programa Rumos

A. Critérios de seleção

<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de candidaturas para públicos mais reduzidos
<ul style="list-style-type: none"> • Os critérios de seleção das candidaturas deverão estar em consonância com estudo de indicadores das áreas de intervenção com necessidades mais prioritárias
<ul style="list-style-type: none"> • Critérios de seleção tendo em conta as carreiras profissionais
<ul style="list-style-type: none"> • Prever mais ações de formação elegíveis
<ul style="list-style-type: none"> • Deveria ser sempre permitido as candidaturas de entidades privadas a fundos para a formação da administração pública, uma vez que de momento alguns Organismos/Entidades públicas não têm disponibilidade orçamental para iniciar um projeto de formação financiado, que exige o pagamento adiantado das despesas.

B. Mecanismos de operacionalização do programa

<ul style="list-style-type: none"> • Prazos mais flexíveis
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de candidaturas permanentes
<ul style="list-style-type: none"> • Se possível, agilizar procedimentos
<ul style="list-style-type: none"> • Candidaturas para 2 anos
<ul style="list-style-type: none"> • O período de candidatura deveria ser alargado no tempo, visto a aquisição de formação profissional para a administração pública ser obrigatoriamente sujeita a procedimento de contratação pública, cuja conclusão ocorre sempre em data posterior ao habitual período de candidatura fixado pela entidade gestora do fundo, tendo as candidaturas sido elaboradas na base do pressuposto e da estimativa, quer em termos físicos (calendarização, etc.), quer financeiros. Só em fase posterior é a mesma submetida a alteração em face do concluído em sede do procedimento de contratação pública, ou seja, implica duplicação de trabalho e dificuldade acrescida na gestão dos apoios financeiros.
<ul style="list-style-type: none"> • Considera-se que os prazos de execução são relativamente curtos
<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição dos prazos de pagamento dos Reembolsos; Diminuição do tempo de resposta aos pedidos de alteração; As candidaturas serem submetidas em março com limite de execução até ao final do ano civil faz com que se perca praticamente um semestre de formação.
<ul style="list-style-type: none"> • Prazos de análise da candidatura vs período de elegibilidade da despesa
<ul style="list-style-type: none"> • Mais tempo de candidatura
<ul style="list-style-type: none"> • Deverão abrir candidaturas por tipologia, pelo menos 2 vezes por ano
<ul style="list-style-type: none"> • Prazos um pouco mais alargados, pois por vezes devido a condicionalismos financeiros os prazos ficam um pouco apertados
<ul style="list-style-type: none"> • Abertura das Candidaturas no ano anterior à sua realização de forma a permitir um maior espaço de tempo para a sua realização.
<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação da candidatura antes de início do projeto

C. Orientação estratégica e objetivos da tipologia

Nada a assinalar

D. Público-alvo abrangido

<ul style="list-style-type: none"> • Mais abrangente
<ul style="list-style-type: none"> • Abranger o tecido associativo (cultural)
<ul style="list-style-type: none"> • Os trabalhadores e utentes
<ul style="list-style-type: none"> • Chefias e técnicos administrativos
<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de formação mais dirigida aos operários, nomeadamente a Segurança e Saúde no Trabalho.

E. Recursos de apoio à conceção dos projetos

<ul style="list-style-type: none"> • Sim, principalmente na fase de apresentação da candidatura
<ul style="list-style-type: none"> • Organização e realização prévia de Sessões de Informação e Esclarecimento de apoio à elaboração e conceção de projetos de candidatura

F. Recursos de apoio à realização dos projetos

<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de apoio aos projetos em face da realidade geográfica
<ul style="list-style-type: none"> • Diversificar os recursos de apoio
<ul style="list-style-type: none"> • A condição obrigatória de deter contrato de arrendamento de instalações e de aluguer de equipamentos para efeitos de elegibilidade da despesa correspondente é impraticável para a formação profissional organizada para a administração pública na Madeira dado tratar-se de várias ações de formação com duração máxima de 5 dias (muitas delas são de 2 e 3 dias) / por ação.

- Nada a opor

G. Outro domínio de ajustamentos

- Não sujeição da aquisição de formação profissional para a Administração Pública às normas do Código dos Contratos Públicos, atendendo à sua natureza e cujos procedimentos são de tramitação demorada, esgotando os primeiros meses do ano, com implicações óbvias e negativas na calendarização da respetiva formação, agendamento sobreposto das ações de formação; na disponibilidade dos bons formadores; dificuldade no agendamento de salas e equipamentos necessários, entre outros.
- Maior e mais ampla divulgação dos prazos de candidatura a nível dos Órgãos de Comunicação Social da RAM.

Níveis em que é prioritário introduzir melhorias ao nível da formação para a administração pública na Madeira

A. Áreas de formação

- Gestão
- Reforço da articulação entre projetos concretos e a melhoria das qualificações dos profissionais do setor da cultura que operam na administração pública
- O levantamento das necessidades de formação a privilegiar é fundamental
- Formação no âmbito das tecnologias de informação na ótica do utilizador
- Continuidade na formação
- Protocolo, limpeza, motoristas, com vista a ter efeitos na carreira e avaliação de desempenho
- Área da Organização e da Gestão a nível dos Organismos e Institutos Públicos
- SIADAP.
- A formação deve ter mais amplitude em relação à função dos trabalhadores - tornar a formação mais prática.
- Duas áreas de formação que deveriam ser privilegiadas: Informática na ótica do utilizador e Segurança e Saúde no Trabalho.
- Prioritar a formação na área tecnológica, permitindo melhorias significativas de redução de custos e aumento da qualidade do trabalho efetuado.

B. Destinatários da formação

- Quadros Superiores
- Formação para ingresso na administração pública por concurso regional
- Profissionais da Administração Pública
- Bombeiros
- Assistentes operacionais
- Dirigentes e demais Operacionais ligados aos Serviços e Institutos Públicos.
- Chefias e técnicos administrativos
- Quadros médios e superiores
- Não privilegiar propriamente dito mas aprovação de formação dirigida a operários.

C. Organização dos agentes e da oferta

- Permitir a inclusão, independentemente do vínculo, por exemplo estagiários ao abrigo de programas de empregos
- Maior divulgação por parte da DRQP, dos Agentes e do tipo oferta formativa.
- Permitir que as entidades beneficiárias sejam entidades privadas, que recorrem aos fundos para a formação da administração pública, uma vez que estas têm maior disponibilidade financeira para tal.

D. Recursos afetos

- Apoio financeiro
- Formadores, preferencialmente, da administração pública
- Apoio financeiro
- Necessidade de instalações e equipamentos próprios para efeitos de formação profissional para a administração pública na Madeira e de maior apoio financeiro, através de aumento do valor máximo elegível por natureza dos encargos/rubricas.
- Imputar mais despesa da entidade
- Apoio financeiro
- Existir um referencial comum para a identificação de necessidades de formação.

Comentários finais

<ul style="list-style-type: none"> No ano corrente deixamos de poder apresentar candidaturas nesta medida dado que apenas os organismos da administração o podem fazer.
<ul style="list-style-type: none"> Perspetiva-se, apesar da atual crise económica e financeira, continuar a promover formação profissional para todos os trabalhadores dos organismos da administração regional e local da Madeira, de molde a atualizar e desenvolver as suas competências profissionais, para melhor e eficazmente fazer/responder na administração pública Regional, com o apoio essencial do Fundo Social Europeu, através do Programa Rumos.
<ul style="list-style-type: none"> Tendo em conta os efeitos positivos das anteriores candidaturas no reforço das competências dos profissionais da PSP do Comando Regional da Madeira, mantém-se a expectativa de que próximas candidaturas sejam aprovadas de forma a abranger a maioria dos cursos candidatados.
<ul style="list-style-type: none"> A continuidade do projeto
<ul style="list-style-type: none"> Aposta continuada no desenvolvimento de formação profissional aproveitando os recursos financeiros do Programa
<ul style="list-style-type: none"> A SRRH foi extinta pelo que as obrigações passaram a ser assumidas pela SRERH
<ul style="list-style-type: none"> Com a conclusão das instalações do Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros da RAM, prevista para breve, as nossas perspetivas de aposta na oferta de formação para os Corpos de Bombeiros da RAM, na qualidade de Entidade Formadora Certificada pela DRQP, são reais e necessárias para a capacidade de resposta operacional dos vários agentes de proteção civil, designadamente, Bombeiros. A evolução qualitativa e quantitativa na área de formação, será uma consequência do esforço e empenho que, desejamos alcançar.
<ul style="list-style-type: none"> Perspetiva-se a continuidade do desenvolvimento da atividade formativa da Entidade, no âmbito do programa Rumos.
<ul style="list-style-type: none"> Somos uma organização Sindical que, não sendo a formação profissional um dos seus objetivos centrais, cedo percebemos a importância que a formação tem para a melhoria dos serviços prestados às populações e para a melhoria das capacidades profissionais dos trabalhadores da Administração Local. Nesse sentido, desde 1992 que, de uma forma sistemática e sempre em colaboração com as entidades que têm gerido os fundos comunitários, temos dado formação para os trabalhadores da Administração Local. Estas avaliações sempre têm servido para avaliar o trabalho que desenvolvemos e para procurar melhorar esse mesmo trabalho. Pensamos que, desta forma conseguimos atingir um nível de qualidade que, pelas várias entidades com que nos relacionamos, é reconhecido. Creemos continuar este caminho e melhorar, se possível, todo o trabalho que fazemos.

2.4. TIPOLOGIA 1.2.6 RVCC

Caracterização das Entidades Beneficiárias

Natureza das Entidades Beneficiárias

	N	%
Escola básica ou secundária	1	25,0
Escola profissional	2	50,0
Associação	1	25,0
Total	4	100,0

Experiência formativa das Entidades Beneficiárias na promoção e/ou execução de processos de RVCC ou iniciativas de educação e formação dirigidas a adultos, anterior a 2007

	Sim	Não	Total (N)
Sim, em termos de formação cofinanciada	50,0%	50,0%	4
Sim, em termos de formação não cofinanciada	25,0%	75,0%	4
Não	25,0%	75,0%	4

Oferta de formação para adultos disponibilizada pela entidade para além de processos de RVCC

	N	%
Nenhuma	0	0,0
Cursos de Educação e Formação de Adultos	1	25,0
Modalidades de formação profissional contínua	3	75,0
Total	4	100,0%

Dinâmicas de execução dos projetos

Situação dos beneficiários abrangidos pelos projetos de RVCC (em janeiro de 2012)

Situação	N	%
Encaminhado	1335	32,7
Em diagnóstico	1003	24,6
Desistente	625	15,3
Em Processo de Reconhecimento	625	15,3
Transferido	259	6,4
Certificado	214	5,2
Em acolhimento	10	0,2
Encaminhado RVCC	4	0,1
Validado	3	0,1
Total	4078	100,0

Fonte: Base de dados fornecida pela Direção Regional da Qualificação Profissional.

Tipologia de ajustamentos introduzidos nos projetos executados

- Não foram realizados ajustamentos.

Domínios e etapas do processo de RVCC que podem ser ajustados com vista a melhorar a qualidade das atividades realizadas pelas Entidades

	Sim	Não	Total (N)
Diagnóstico de necessidades	50,0%	50,0%	4
Acolhimento de adultos	0,0%	100,0%	4
Diagnóstico / triagem	50,0%	50,0%	4
Encaminhamento de adultos	25,0%	75,0%	4
Processo de RVCC/ reconhecimento de competências	0,0%	100,0%	4
Processo de RVCC/ validação de competências	0,0 %	100,0%	4
Processo de RVCC/ certificação de competências	0,0 %	100,0%	4
Acompanhamento ao Plano de Desenvolvimento Pessoal	25,0 %	75,0%	4

Resultados dos projetos realizados

Perceção das Entidades Beneficiárias quanto ao contributo dos projetos realizados para o cumprimento dos objetivos da Tipologia

	Contributo Nulo		Contributo Fraco		Contributo Médio		Contributo Forte		NS/NR		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Aumentar os níveis de qualificação escolar dos adultos	0	0,0	0	0,0	1	25,0	3	75,0	0	0,0	4	100,0
Aumentar os níveis de qualificação profissional dos adultos	1	25,0	1	25,0	1	25,0	0	0,0	1	25,0	4	100,0
Desenvolver competências pessoais, interpessoais e sociais (cumprimento de regras, capacidade de trabalho em equipa, iniciativa, participação na comunidade...)	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	100,0	0	0,0	4	100,0
Aumentar a frequência de outras ações de formação profissional / prosseguimento de estudos	0	0,0	0	0,0	2	50,0	2	50,0	0	0,0	4	100,0

Melhorar a situação profissional dos adultos	0	0,0	0	0,0	2	50,0	2	50,0	0	0,0	4	100,0
--	---	-----	---	-----	---	------	---	------	---	-----	---	-------

Tipologia de resultados não esperados alcançados pela Tipologia
- Nenhum resultado não esperado foi assinalado.

Fatores internos e externos com impacto no grau de alcance dos resultados previstos

	Influência positiva		Influência negativa		Sem influência	
	N	%	N	%	N	%
Espaços e equipamentos afetos (adequação às exigências das ações)	4	100,0	0	0,0	0	0,0
Programação definida para o CNO (metas, calendários, ...)	4	100,0	0	0,0	0	0,0
Recursos financeiros afetos (cobertura de despesas relevantes e disponibilidade)	3	75,0	1	25,0	0	0,0
Metodologias pré-definidas para o processo de RVCC (etapas e metodologia do processo RVCC)	4	100,0	0	0,0	0	0,0
Processos de recrutamento e seleção dos adultos	4	100,0	0	0,0	0	0,0
Motivação e envolvimento dos adultos	4	100,0	0	0,0	0	0,0
Relação do CNO com empresas e outros empregadores	4	100,0	0	0,0	0	0,0
Formação complementar disponível (adequação às necessidades dos adultos)	2	50,0	1	25,0	1	25,0
Preparação técnica dos profissionais do CNO	4	100,0	0	0,0	0	0,0
Outros * (Flexibilidade de horário)	1	100,0	0	0,0	0	0,0

Ajustamentos ao Programa Rumos

Propostas de melhoria a introduzir à Tipologia de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências do Programa Rumos

- A. Critérios de seleção das candidaturas
 - Ter em conta os CNO's que ministram as ações nas zonas rurais ou mais periféricas devido ao número inferior de inscritos
- B. Mecanismos de operacionalização do Programa (p.e., prazos, períodos de candidatura,...)
 - Funcionamento por ano letivo quando o CNO funciona numa escola pública;
 - Prazos de pagamento dos reembolsos
- C. Recursos de apoio à realização das ações
 - Facultar formação à equipa técnico-pedagógica

Prioridades de ajustamento para uma melhor resposta às necessidades da formação inicial de jovens

- A. Áreas de intervenção
 - Formação escolar;
 - É necessária uma maior oferta a nível de formações modulares. O RVCC/ Profissional tem que ser reforçado (com a regulamentação das profissões)
- B. Destinatários das ações de educação/ formação
 - Adultos empregados e desempregados;
 - EFA em horário laboral
- C. Organização dos agentes e da oferta
 - É prioritário melhorar a oferta de formação para encaminhamento de adultos;
 - Maior oferta de EFA de dupla certificação.
- D. Recursos afetos
 - Deve existir um maior e mais célere apoio financeiro (maior celeridade no reembolso das verbas);
 - Podermos afetar aos projetos os recursos reais.

Comentários finais

- Registamos um maior número de inscrições para Certificação do Nível Básico, quer para 6º ano quer para 9º de escolaridade.

3. INQUÉRITOS AOS DESTINATÁRIOS FINAIS

3.1. TIPOLOGIAS 1.1.2 CURSOS PROFISSIONALIZANTES E 1.1.3 CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Caracterização do Universo

A base de sondagem foi composta por 1745 indivíduos, identificados na base enviada pela DRQP como tendo concluído cursos profissionalizantes ou cursos de educação e formação de nível básico e secundário financiados pelo Programa Rumos.

A amostra foi selecionada de forma aleatória, tendo sido realizados 699 contactos telefónicos, para a obtenção de 300 entrevistas válidas.

Caracterização da amostra

Total de inquiridos por sexo

	N	%
Feminino	136	45,3
Masculino	164	54,7
Total	300	100,0

Total de inquiridos por tipologia

	N	%
CEF - 9º Ano	138	46,6
CEF - 12º Ano	53	17,9
Curso Profissionalizante	105	35,5
Total	296	100,0

Total de inquiridos por área de formação (Grandes Grupos)

	N	%
Artes e humanidades	17	5,7
Ciências sociais, comércio e direito	57	19,0
Ciências, matemática e informática	30	10,0
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	38	12,7
Agricultura (e pescas)	8	2,7
Saúde e proteção social	22	7,3
Serviços	128	42,7
Total	300	100,0

Total de inquiridos por idade à data de ingresso no curso

	N	%
Menos de 18 anos	26	8,7
Entre 18 e 20 anos	127	42,3
Entre 21 e 24 anos	96	32,0
Mais de 24 anos	51	17,0
Total	300	100,0

Total de inquiridos por nível de habilitação após a conclusão do curso

	N	%
Ensino Básico (9º Ano)	142	47,3
Ensino Secundário (12º Ano)	158	52,7
Total	300	100,0

Total de inquiridos por local de residência atual

	N	%
Na Região Autónoma da Madeira	285	95,0
Em Portugal Continental ou nos Açores	13	4,3
Fora de Portugal	2	0,7
Total	300	100,0

Situação profissional e condições de empregabilidade dos jovens (referência temporal: dezembro de 2011)

Situação dos inquiridos face ao trabalho

	N	%
Empregado	111	37,5
Desempregado	109	36,8
Inativo	76	25,7
Total	296	100,0

Situação dos inquiridos face ao trabalho por nível de habilitação após a conclusão do curso

		Nível de habilitações após conclusão do curso		Total
		Ensino Básico (9º Ano)	Ensino Secundário (12º Ano)	
Situação face ao Trabalho	Empregado	21,3%	52,3%	37,5%
	Desempregado	34,8%	38,7%	36,8%
	Inativo	44,0%	9,0%	25,7%
Total		100,0%	100,0%	100,0%

N = 296

Situação dos inquiridos face ao trabalho, por tipologia

		Tipologia			Total
		CEF - 9º Ano	CEF - 12º Ano	Curso Profissionalizante	
Situação face ao Trabalho	Empregado	21,2%	66,7%	45,2%	37,7%
	Desempregado	35,0%	23,5%	46,2%	37,0%
	Inativo	43,8%	9,8%	8,7%	25,3%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

N = 292

Situação dos inquiridos face ao trabalho, por área de formação do curso

	Situação face ao Trabalho			Total	N
	Empregado	Desempregado	Inativo		
Artes e humanidades	31,3%	37,5%	31,3%	100,0%	16
Ciências sociais, comércio e direito	50,9%	24,6%	24,6%	100,0%	57
Ciências, matemática e informática	23,3%	50,0%	26,7%	100,0%	30
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	39,5%	34,2%	26,3%	100,0%	38
Agricultura (e pescas)	12,5%	37,5%	50,0%	100,0%	8
Saúde e proteção social	33,3%	33,3%	33,3%	100,0%	21
Serviços	37,3%	40,5%	22,2%	100,0%	126
<i>Total</i>	<i>37,5%</i>	<i>36,8%</i>	<i>25,7%</i>	<i>100,0%</i>	<i>296</i>

Tempo de obtenção do primeiro emprego após a conclusão do curso (total)

	N	%
Já trabalhava antes do fim do curso	39	22,9
Até 3 meses	88	51,8
Entre 3 e 6 meses	13	7,6
Entre 6 meses e 12 meses	15	8,8
Mais de um ano	15	8,8
Total	170	100,0

Tempo de obtenção do primeiro emprego após a conclusão do curso (*considerando apenas indivíduos diplomados até dezembro de 2010*)

	N	%
Já trabalhava antes do fim do curso	23	19,2
Até 3 meses	57	47,5
Entre 3 e 6 meses	11	9,2
Entre 6 meses e 12 meses	14	11,7
Mais de um ano	15	12,5
Total	120	100,0

Meios de obtenção do primeiro emprego após a conclusão do curso

	N	%
Candidatura espontânea	23	17,4
Oferta de emprego/concurso público indicada pelo gabinete de inserção profissional da escola onde fez o curso	8	6,1
Oferta de emprego/concurso público indicada pelo IEM	9	6,8
Oferta de emprego/concurso público encontrada	7	5,3
Oferta de emprego/concurso público indicada por amigo	8	6,1
Convidado por um professor da escola do curso frequentado	9	6,8
Convidado por um colega da escola do curso frequentado	2	1,5
Convidado por um familiar/ amigo que não pertencia à escola	37	28,0
Convidado a ficar na instituição onde realizou o estágio	29	22,0
Total	132	100,0

Situação dos inquiridos face à profissão, em dezembro de 2011

	N	%
Patrão	1	0,9
Trabalhador por conta própria	7	6,3
Trabalhador por conta de outrem	103	92,8
Total	111	100,0

Situação dos inquiridos por tipo de vínculo contratual, em dezembro de 2011 (trabalhadores por conta de outrem)

	N	%
Efetivo(a)	21	21,9
Contratado a prazo	67	69,8
Contrato de prestação de serviços	2	2,1
Estagiário(a)	6	6,3
Total	96	100,0

Situação dos inquiridos por tipo de regime laboral, em dezembro de 2011 (trabalhadores por conta de outrem e por conta própria)

	N	%
Trabalho a tempo inteiro	85	78,0
Trabalho a tempo parcial	19	17,4
Trabalho ocasional	5	4,6
Total	109	100,0

Tipo de instituição de enquadramento profissional dos inquiridos, em dezembro de 2011 (trabalhadores por conta de outrem)

	N	%
Administração pública central, regional ou local	3	2,9
Empresa pública	8	7,8
Instituto público	1	1,0
Empresa privada	87	84,5
Organização privada sem fins lucrativos nacional	4	3,9
Total	103	100,0

Setores de atividade onde os inquiridos desempenham atividade profissional

	N	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1	0,9
Indústrias transformadoras	1	0,9
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2	1,8
Construção	3	2,7
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	18	16,2
Transportes e armazenagem	4	3,6
Alojamento, restauração e similares	37	33,3
Atividades de informação e de comunicação	9	8,1
Atividades financeiras e de seguros	3	2,7
Atividades imobiliárias	1	0,9
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5	4,5
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	5	4,5
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	1	0,9
Educação	5	4,5
Atividades de saúde humana e apoio social	7	6,3

Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	5	4,5
Outras atividades de serviços	4	3,6
Total	111	100,0

Local de trabalho dos inquiridos, em dezembro de 2011

	N	%
Na Região Autónoma da Madeira	105	96,3
Em Portugal Continental ou nos Açores	2	1,8
Fora de Portugal	2	1,8
Total	109	100,0

Rendimento auferido pelos inquiridos, em dezembro de 2011, por nível de habilitação após a conclusão do curso

		Nível de habilitações após conclusão do curso		Total
		Ensino Básico (9º Ano)	Ensino Secundário (12º Ano)	
Rendimento mensal proveniente do trabalho	Menos de 500€	72,4%	28,4%	40,8%
	Entre 500€ e 749€	24,1%	56,8%	47,6%
	Entre 750€ e 999€	3,4%	12,2%	9,7%
	Mais de 1500€		2,7%	1,9%
Total		100,0%	100,0%	100,0%

Valor médio da relação entre o curso realizado e a atividade profissional, por área de formação

		Grau de relação entre o curso realizado e a atividade profissional	
		Média	N
Áreas de Formação - Grandes Grupos	Programas gerais	.	0
	Educação	.	0
	Artes e humanidades	2.60	5
	Ciências sociais, comércio e direito	2.97	29
	Ciências, matemática e informática	2.71	7
	Engenharia, indústrias transformadoras e construção	3.00	15
	Agricultura (e pescas)	4.00	1
	Saúde e proteção social	4.00	7
	Serviços	3.72	46
	Desconhecido ou não especificado	.	0
Total		3.33	110

Nota: valor médio numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “pouco relacionado” e 5 “muito relacionado”.

Valor médio da relação entre o curso realizado e a atividade profissional, por tipo de curso

	N	Média	Desvio Padrão	Erro	95% Confidence Interval for Mean	
					Lower Bound	Upper Bound
CEF - 9º Ano	28	3,07	1,438	,272	2,51	3,63
CEF - 12º Ano	34	3,15	1,520	,261	2,62	3,68
Curso Profissionalizante	47	3,62	1,360	,198	3,22	4,02
Total	109	3,33	1,441	,138	3,06	3,60

Nota: valor médio numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “pouco relacionado” e 5 “muito relacionado”.

F = 1,679; p ≈ 0,19

Elevação dos níveis educativos e formativos dos jovens

Nº de diplomados inquiridos que continuou a estudar após a conclusão do curso

	N	%
Sim	109	36,7
Não	188	63,3
Total	297	100,0

N.º de diplomados que aumentou o seu nível de habilitações após a conclusão do curso ou que está atualmente a estudar

	N	%
Sim	102	34,0
Não	198	66,0
Total	300	100,0

Combate ao insucesso e saída escolar precoce

A percentagem de jovens entre os 18 e os 24 anos que não estavam a estudar na altura da inscrição no Curso Profissionalizante ou CEF financiado pelo Programa Rumos é de 17,7%, correspondente a um total de 53 jovens (em 300) que quando iniciaram o curso estavam em situação de abandono escolar precoce.

Situação prévia à inscrição no curso (jovens com idade igual ou superior a 18 anos e igual ou inferior a 24 anos)

	N	%
Só estudava	62	44,9
Só trabalhava	22	15,9
Estudava e trabalhava	23	16,7
Não estudava nem trabalhava	31	22,5
Total	138	100,0

3.2. TIPOLOGIA 1.2.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Universo

Estava inicialmente previsto que o universo fosse composto pelos formandos constantes na lista enviada pela DRQP, i.e., pelo conjunto de funcionários e agentes dos organismos e serviços da administração pública central, regional e local que concluíram uma ação de Formação Profissional da Administração Pública, no período correspondente ao desta avaliação. Todavia, o pré-teste revelou que a fiabilidade das respostas dos ex-formandos aumentava consideravelmente para os cursos mais recentes e também para os cursos de duração maior. Desta forma, optou-se por restringir o universo aos formandos de cursos realizados após 1 de janeiro de 2010 e cuja diferença entre a data de início e data do fim não fosse inferior a 10 dias³. A dimensão deste universo era de 5334 indivíduos.

Atendendo à grande heterogeneidade dos cursos abrangidas pelo Programa Rumos nesta Tipologia, decidiu-se construir uma amostra estratificada. Foram assim definidos seis estratos em função da área de formação dos formandos:

- 50 formandos de cursos da área de formação 345 – Gestão e administração
- 50 formandos de cursos da área de formação 723 – Enfermagem
- 50 formandos de cursos da área de formação 090 – Desenvolvimento pessoal
- 50 formandos de cursos da área de formação 310 – Ciências sociais e do comportamento
- 50 formandos de cursos da área de formação 480 – Informática
- 80 formandos de cursos das restantes áreas de formação

A escolha incidu sobre áreas de formação com um elevado número de formandos (superior a 100), procurando-se ao mesmo tempo garantir a maior abrangência temática possível.

Caracterização da Amostra

Total de inquiridos por sexo

	N	%
Feminino	236	70,2
Masculino	100	29,8
Total	336	100,0

Total de inquiridos por idade

	N	%
Ínferior a 30	46	14,1
31 a 40	108	33,1
41 a 50	107	32,8
Superior a 51	65	19,9
Total	326	100,0

Total de inquiridos por nível de habilitações

	N	%
1º ciclo do EB	10	3,0
2º ciclo do EB	11	3,3
3º ciclo do EB	47	14,1
Ensino Secundário	102	30,5
CET	1	0,3
Ensino Superior	163	48,8
Total	334	100,0

³ Note-se que a base cedida pelo IEM não contempla a duração precisa dos cursos, pelo que o número de dias transcorrido entre o início e o fim do curso constitui apenas a aproximação possível a essa duração.

Total de inquiridos por carreira/categoria profissional

	N	%
Assistente operacional	26	7,8
Assistente técnico	112	33,5
Técnico superior	32	9,6
Dirigentes intermédios	17	5,1
Dirigentes superiores	2	0,6
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	6	1,8
Enfermeiros	90	26,9
Médicos	8	2,4
Professores do Ensino Básico e Secundário	7	2,1
Educadores de infância	1	0,3
Inspetores	1	0,3
Outros	32	9,6
Total	334	100,0

Total de inquiridos por duração da formação frequentada

	N	%
Menos de 25 horas	147	43,8
Entre 25 e 50 horas	126	37,5
Mais de 50 horas	63	18,8
Total	336	100,0

Motivos subjacentes à realização da formação

	N	%
Poder aceder a novas funções	10	3,0
Querer adquirir/desenvolver competências	208	61,9
Foi uma decisão da minha chefia	118	35,1
Total	336	100,0

Contributo da formação para a melhoria das qualificações dos ativos

Contributo da formação realizada para a melhoria das competências técnicas dos ativos

	N	%
Muito fraco	0	0,0
Fraco	3	0,9
Razoável	48	14,4
Forte	171	51,2
Muito forte	112	33,5
Total	334	100,0

Grau de utilidade da formação realizada para a melhoria das competências técnicas dos ativos, por duração da formação

		Grau de utilidade da formação realizada para a melhoria das competências técnicas dos ativos				
		Muito fraco	Fraco	Razoável	Forte	Muito forte
Duração da formação	Menos de 25 horas	0,0%	2,1%	11,0%	50,7%	36,3%
	Entre 25 e 50 horas	0,0%	0,0%	13,5%	53,2%	33,3%
	Mais de 50 horas	0,0%	0,0%	24,2%	48,4%	27,4%

$\chi^2 = 3,43$; $p \approx 0,18$ (Ou seja, a relação não é significativa)

Contributo da formação realizada para a melhoria da relação dos ativos com o público

	N	%
Muito fraco	2	0,8
Fraco	6	2,3
Razoável	55	20,9
Forte	108	41,1
Muito forte	92	35,0
Total	263	100,0

Contributo da formação realizada para o aumento da motivação dos ativos no trabalho

	N	%
Fraco	9	2,7
Razoável	70	21,3
Forte	145	44,2
Muito forte	104	31,7
Total	328	100,0

Contributo da formação realizada para a melhoria das competências de trabalho em equipa dos ativos

	N	%
Muito fraco	1	0,3
Fraco	4	1,2
Razoável	48	14,6
Forte	158	48,0
Muito forte	118	35,9
Total	329	100,0

Contributo da formação realizada para a melhoria do relacionamento dos ativos com as chefias

	N	%
Muito fraco	3	1,0
Fraco	27	8,8
Razoável	75	24,4
Forte	141	45,8
Muito forte	62	20,1
Total	308	100,0

Contributo da formação realizada para a progressão na carreira dos ativos

	N	%
Muito fraco	28	9,2
Fraco	40	13,2
Razoável	89	29,3
Forte	90	29,6
Muito forte	57	18,8
Total	304	100,0

Contributo da formação para a melhoria da eficiência e eficácia da Administração pública

Grau de utilidade da formação realizada para a atividade profissional dos ativos

	N	%
Pouco útil	4	1,2
Razoavelmente útil	38	11,3
Muito útil	127	37,8
Extremamente útil	167	49,7
Total	336	100,0

Grau de utilidade da formação realizada para a melhoria da qualidade do serviço

	N	%
Sim	312	92,9
Não	24	7,1
Total	336	100,0

Dimensões de melhoria da qualidade dos serviços (categorização de questão aberta)

Dimensões	N	%
Aquisição de novas e Actualização de conhecimentos e competências técnicas	95	30
Eficácia na realização das tarefas e eficiência do serviço	72	23
Maior consciência organizacional/Percepção holística do trabalhos da organização e dos colegas /Trabalho em equipa; Transferência para o contexto de trabalho e disseminação de aprendizagens para colegas	34	11
Incremento na performance do serviço público e respectiva qualidade	30	10
Incremento dos processos atendimento ao público (front-office)	28	9
Incremento do clima organizacional (relação com chefias, relação com colegas)	24	8
Sensibilização para novas formas de trabalho	20	6
Objectivos SIADAP	5	2
Simplificação de procedimentos	4	1
	312	100

Relação entre a formação realizada e projetos de modernização administrativa dos serviços

	N	%
Sim	105	31,3
Não	137	40,8
Não sei	94	28,0
Total	336	100,0

Tipo de projetos de modernização administrativa relacionados com a formação realizada (categorização de questão aberta)

Domínio de projecto	N
Projectos de implementação tecnológica (Plataformas on-line; Aplicações informáticas; ferramentas de trabalho; SIAGE; aquisição de ferramentas de trabalho)	23
Processos de acreditação/ certificação e qualidade	10
Programas internos de formação	10
Plano Oficial de Contabilidade de modernização de sistemas de qualidade	7
Integração em Sistemas de Avaliação de Desempenho (SIADAP)	5
Modernização do Front-Office	5
Integração de novos recursos humanos	1

3.3. TIPOLOGIA 1.3.2 PROGRAMAS E BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO, MESTRADO E DOUTORAMENTO

Caracterização do Universo

O universo é composto por 398 bolseiros financiados pelo Programa Rumos com contacto válido de e-mail constante na lista enviada pelo CITMA, com formação concluída. O inquérito foi aplicado através de uma plataforma on-line ao universo, tendo-se obtido uma amostra final de 242 bolseiros.

Caracterização da amostra

Total de inquiridos por tipo de bolsa do CITMA/Programa Rumos

	N	%
Pós-Graduação	160	66,9
Mestrado curricular e dissertação	55	23,0
Mestrado - dissertação	18	7,5
Doutoramento	6	2,5
Total	239	100,0

Total de inquiridos por sexo

	N	%
Feminino	129	55,4
Masculino	104	44,6
Total	233	100,0

Total de inquiridos por idade

	N	%
Menos de 30 anos	34	14,6
30 a 39 anos	130	55,8
40 a 49 anos	51	21,9
50 a 59 anos	17	7,3
60 anos ou mais	1	0,4
Total	233	100,0

Total de inquiridos por local de residência habitual

	N	%
Na Região Autónoma da Madeira	225	96,2
Em Portugal Continental e Região Autónoma dos Açores	9	3,8
Total	234	100,0

Total de inquiridos por área científica

Área científica	n	%
Enfermagem	48	20,3%
Gestão	43	18,2%
Ciências Empresariais (inclui marketing, contabilidade,...)	28	11,9%
Ciências da Educação	24	10,2%
Ciências Sociais (inclui psicologia, sociologia, ciência pol	22	9,3%
Tecnologias da Saúde (inclui farmácia, fisioterapia,...)	12	5,1%
Engenharia Eletrotécnica e Informática	12	5,1%
Higiene e Segurança no Trabalho	9	3,8%
Ciências do Ambiente	8	3,4%
Medicina	7	3,0%
Economia	3	1,3%
Engenharia Bioquímica e Biotecnologia	3	1,3%
Estudos Artísticos	3	1,3%
Ciências do Desporto	2	0,8%
História e Arqueologia	1	0,4%
Outra*	11	4,7%
Total	236	100,0%

Respostas incluídas na categoria “Outra da questão anterior”

Segurança Alimentar	3
Bioética	2
Segurança contra incêndio	1
Literatura	1
Aquacultura	1
Pescas	1
Ciências exatas e ciências naturais e do ambiente	1
Ciências de engenharia e tecnologia	1

Total de inquiridos por local do estabelecimento de ensino onde foi realizada a formação apoiada pelo CITMA/Programa RUMOS

	N	%
Na Região Autónoma da Madeira	148	62,2
Em Portugal Continental e na Região Autónoma dos Açores	80	33,6
Fora do país	10	4,2
Total	238	100,0

Motivos subjacentes à opção por frequentar a formação apoiada pelo CITMA/Programa Rumos

	N	%
Para desenvolver conhecimentos/competências relacionadas com a minha atividade profissional	153	64,3
Para melhorar as perspetivas de carreira (mudança de funções e/ou aumento de salário)	35	14,7
Para ter mais hipóteses de encontrar ou mudar de emprego	18	7,6
Para desenvolver conhecimentos/competências de interesse pessoal	17	7,1
Para obter uma qualificação escolar mais elevada	15	6,3
Total	238	100,0

Situação dos inquiridos aquando da candidatura à bolsa do CITMA/Programa Rumos

	N	%
Estava a trabalhar e a estudar	140	58,6
Só estava a trabalhar	47	19,7
Só estava a estudar	41	17,2
Estava à procura de emprego e não estava a estudar	9	3,8
Não estava a trabalhar, nem a estudar, nem à procura de emprego	2	0,8
Total	239	100,0

Situação dos inquiridos aquando da candidatura à bolsa do CITMA/Programa Rumos, por idade

		Idade					Total
		Menos de 30 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	
Em que situação se encontrava quando se candidatou à bolsa do CITMA/Programa Rumos?	Só estava a estudar	26,5%	13,8%	16,0%	12,5%		16,0%
	Só estava a trabalhar	11,8%	20,8%	18,0%	37,5%	100,0%	20,3%
	Estava a trabalhar e a estudar	58,8%	58,5%	64,0%	50,0%		58,9%
	Estava à procura de emprego e não estava a estudar	2,9%	6,2%				3,9%
	Não estava a trabalhar, nem a estudar, nem à procura de emprego		0,8%	2,0%			0,9%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

N = 231

Situação profissional dos inquiridos, em dezembro de 2011

Tempo de obtenção do primeiro emprego após a conclusão da formação realizada

	N	%
Já trabalhava antes do fim da formação	189	88,3
Até 3 meses	14	6,5
Entre 6 meses e 12 meses	7	3,3
Entre 3 e 6 meses	2	0,9
Mais de um ano	2	0,9
Total	214	100,0

Meios de obtenção do primeiro emprego após a conclusão da formação realizada

	N	%
Fiz uma candidatura espontânea	14	50,0
Respondi a uma oferta de emprego/concurso público que me foi indicada pelo IEM	4	14,3
Fui convidado por uma pessoa que conheci na Entidade onde fiz a formação apoiada pela bolsa (p.e., professor, colega ou ex-colega)	4	14,3
Respondi a uma oferta de emprego/concurso público que encontrei no jornal, na rádio ou na internet	2	7,1
Respondi a uma oferta de emprego/concurso público que me foi indicada por um familiar ou amigo	2	7,1
Numa feira de emprego	1	3,6
Fui convidado por um familiar/ amigo	1	3,6
Total	28	100,0

Situação dos ex-bolseiros face ao emprego, em dezembro de 2011

	N	%
Empregado	206	86,9
Desempregado/ à procura de emprego	24	10,1
Não empregado nem à procura de emprego (p.e., estudante a tempo inteiro)	7	3,0
Total	237	100,0

Situação dos ex-bolseiros face à profissão, em dezembro de 2011

	N	%
Trabalhador por conta de outrem	195	94,7
Trabalhador por conta própria	9	4,4
Patrão	2	1,0
Total	206	100,0

Situação dos ex-bolseiros por tipo de vínculo contratual, em dezembro de 2011

	N	%
Efetivo(a)	148	76,7
Contratado(a) a prazo	35	18,1
Estagiário(a) remunerado	7	3,6
Contrato de prestação de serviços ("recibos verdes")	3	1,6
Total	193	100,0

Situação dos ex-bolseiros por tipo de regime laboral, em dezembro de 2011 (trabalhadores por conta de outrem e por conta própria)

	N	%
Trabalho a tempo inteiro	197	98,0
Trabalho a tempo parcial	4	2,0
Total	201	100,0

Tipo de organização de enquadramento profissional dos ex-bolseiros, em dezembro de 2011 (trabalhadores por conta de outrem)

	N	%
Administração pública central, regional ou local	114	59,4
Empresa privada	53	27,6
Empresa pública (incluindo empresas municipais ou regionais)	13	6,8
Instituto público	6	3,1
Organização privada sem fins lucrativos nacional	6	3,1
Total	192	100,0

Setores de atividade onde os ex-bolseiros desempenham atividade profissional, em dezembro de 2011

Setor de Atividade Económica	N	%
Saúde ou apoio social	70	34,7%
Educação	55	27,2%
Construção civil	12	5,9%
Consultoria científica e técnica (excluindo informática)	10	5,0%
Indústrias transformadoras	8	4,0%
Comércio por grosso e a retalho	8	4,0%
Alojamento e restauração	7	3,5%
Administração pública (apenas acts. administrativas)	6	3,0%
Telecomunicações ou consultoria em informática	4	2,0%
Atividades financeiras e de seguros	4	2,0%
Transportes e armazenagem	3	1,5%
Agricultura, caça, floresta e pesca	2	1,0%
Comunicação social (incluindo edição de livros)	2	1,0%
Indústrias extrativas	1	0,5%
Captação, tratamento e distribuição de água	1	0,5%
Saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1	0,5%
Atividades imobiliárias (excluindo construção)	1	0,5%
Atividades artísticas, desportivas ou recreativas	1	0,5%
Outra	6	3,0%
Total	202	100,0%

Local de trabalho dos ex-bolseiros, em dezembro de 2011

	N	%
Na Região Autónoma da Madeira	196	97,5
Em Portugal Continental e Região Autónoma dos Açores	5	2,5
Total	201	100,0

Rendimento mensal proveniente do trabalho auferido pelos ex-bolseiros, em dezembro de 2011

	N	%
Menos de 750€	2	1,0
750 – 999€	27	13,6
1000 – 1249€	84	42,2
1250 – 1499€	32	16,1
1500 – 1999€	28	14,1
2000 – 2500€	15	7,5
Mais de 2500€	11	5,5
Total	199	100,0

Evolução da situação profissional dos ex-bolseiros entre o momento em que se candidataram à bolsa do Programa RU e a sua situação em dezembro de 2011

	Diminuiu	Manteve-se	Aumentou	Total (N)
A autonomia de que gozo no meu trabalho...	2,0%	46,7%	51,3%	199
A remuneração da minha atividade profissional...	12,1%	64,8%	23,1%	199
A qualidade da relação com os meus colegas de trabalho...	0,5%	69,1%	30,4%	194
As responsabilidades que me são confiadas...	1,0%	33,8%	65,2%	201

Grau de contributo da formação realizada para a evolução da situação profissional dos ex-bolseiros

	N	%
Contributo muito fraco	3	1,5
Contributo fraco	4	2,0
Contributo razoável	48	23,8
Contributo forte	83	41,1
Contributo muito forte	64	31,7
Total	202	100,0

Adequação entre a área científica da bolsa e a atividade profissional dos ex-bolseiros

Grau de relação entre a formação realizada e a atividade profissional dos ex-bolseiros

Média	3,93
Desvio padrão	1,06

Nota: valor médio numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “relação fraca” e 5 “relação forte”.

Grau de relação entre a formação realizada e a atividade profissional dos ex-bolseiros, por área científica da bolsa

Área científica da bolsa	N	Média
Enfermagem	44	4,48
Gestão	35	3,94
Ciências da Educação	23	4,39
Ciências Empresariais (inclui marketing, contabilidade,...)	19	3,95
Ciências Sociais (inclui psicologia, sociologia, ciência política,...)	15	4,20
Medicina	7	4,14
Tecnologias da Saúde (inclui farmácia, fisioterapia,...)	7	3,86
Engenharia Eletrotécnica e Informática	4	5,00
Economia	3	3,00
Estudos Artísticos	3	4,33
Ciências do Desporto	2	3,00
Engenharia Bioquímica e Biotecnologia	1	5,00
Ciências do Ambiente	1	1,00
História e Arqueologia	1	4,00
Outra	35	3,74
Total	200	4,10

Grau de relação entre a formação realizada e o setor da atividade profissional dos ex-bolseiros

Setor	N	Média
Saúde ou apoio social	64	4,28
Educação	55	4,15
Construção civil	12	3,67
Comércio por grosso e a retalho	7	3,14
Alojamento e restauração	4	4,25
Telecomunicações ou consultoria em informática	4	4,00
Consultoria científica e técnica (excluindo informática)	4	4,25
Atividades financeiras e de seguros	3	4,00
Agricultura, caça, floresta e pesca	2	4,00
Indústrias transformadoras	2	4,00
Comunicação social (incluindo edição de livros)	2	2,50
Indústrias extrativas	1	4,00
Captação, tratamento e distribuição de água	1	3,00
Saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1	3,00
Transportes e armazenagem	1	4,00
Atividades imobiliárias (excluindo construção)	1	5,00
Outra.	37	4,14
Total	201	4,09

Grau de relação entre a formação realizada e a atividade profissional dos ex-bolseiros, por tipo de organização de enquadramento

	N	Média
Administração pública central, regional ou local	113	4,2
Empresa pública (incluindo empresas municipais ou regionais)	13	4,1
Instituto público	6	4,8
Empresa privada	53	3,8
Organização privada sem fins lucrativos nacional	6	3,5
Total	191	4,1

Grau de regularidade da aplicação das aprendizagens adquiridas durante a formação no contexto profissional dos ex-bolseiros

Média	4,07
Desvio padrão	1,02

Nota: valor médio numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “Pouca regularidade” e 5 “Muita regularidade”.

Perfil de fatores condicionadores da aplicação das aprendizagens adquiridas durante a formação no contexto profissional dos ex-bolseiros

Dimensões	N	%
Fraca valorização da formação por parte da entidade empregadora/chefias	30	34,9
Organização do trabalho na instituição/ empresa	20	23,3
Relação das actividades profissionais com a formação realizada	14	16,3
Disponibilidade de recursos materiais	18	20,9
Pouca aplicação prática dos conhecimentos académicos adquiridos	4	4,7

Trajetó académico dos inquiridos após a conclusão da formação apoiada pela bolsa do CITMA/Programa RU

N.º de ex-bolseiros que aumentou o seu nível de habilitações após a conclusão da formação apoiada pelo CITMA/Programa RU ou que está atualmente a estudar

		Habilitação atual			Total	N válido
		Pós-graduação	Mestrado	Doutoramento		
Bolsa Rumos	Pós-Graduação	94,2%	5,2%	0,6%	100,0%	154
	Mestrado curricular e dissertação	1,9%	98,1%	0,0%	100,0%	54
	Mestrado - dissertação		100,0%	0,0%	100,0%	18
	Doutoramento			100,0%	100,0%	5
Total		63,2%	34,2%	2,6%	100,0%	231

Nota: a verde estão assinaladas as situações em que o inquirido tem atualmente um nível de habilitações superior ao obtido com a bolsa Rumos.

Proporção de inquiridos que se encontram a frequentar algum tipo de formação de nível superior

	N	%
Sim	42	17,9
Não	193	82,1
Total	235	100,0

4. ESTUDOS DE CASO

4.1. TIPOLOGIA 1.2.2 FORMAÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Roteiro de apoio à realização das entrevistas (coordenação, chefias e ex-formandos)

<i>Domínios de recolha de informação</i>	
1.	Resultados e impactos produzidos pelo projeto/ perspectiva global Ver “tipologia de resultados”
2.	Resultados e impactos produzidos pela projeto/ componente do projeto “Fiscalização Municipal” Ver “tipologia de resultados”
3.	Condições de organização e realização da formação com influência sensível na produção dos resultados e impactos alcançados 3.1. Candidatura e fase de conceção e montagem do projeto O que originou a candidatura? Como foi o processo de identificação de necessidades e de conceção e montagem da candidatura? Auscultação de necessidades junto das chefias e formandos, necessidades de intervenção prioritárias e conhecidas decorrentes de projetos internos ... Quem foi o responsável? Quem participou? Como foi a participação dos serviços alvo de formação? Qual o papel das entidades formadoras, como foram escolhidas? 3.2. Execução do projeto Apreciação da qualidade da execução dos cursos; Os conteúdos trabalhados corresponderam às necessidades dos grupos? A duração dos cursos foi suficiente para trabalhar os conteúdos? Outros aspetos da organização revelaram-se adequados? Formadores, metodologias, horários... A dinâmica de realização dos cursos implicou ajustamentos significativos face ao que estava previsto na candidatura? Cronograma, cursos, destinatários ...
4.	Contextualização geral da ação da CM no domínio do desenvolvimento profissional dos colaboradores e da sua formação Experiência anterior a esta candidatura? Sim, breve descrição. Não, porquê? De uma forma geral, qual a(s) forma(s) mais frequente(s) de execução da formação? (contratação de uma entidade externa responsável por executar a formação, recurso a formadores externos e internos, ...) Que projetos de formação interna a curto e médio prazo? Resposta a que tipo de problemas e formas gerais de organização?

Tipologia de resultados

Tipologia de resultados	
Resultados ao nível dos colaboradores/ formandos	Conhecimentos, capacidades e comportamentos Ocorreram melhorias ao nível dos conhecimentos, capacidades e comportamentos? Essas melhorias corresponderam ao que era esperado?
	Transferência para a situação de trabalho Os novos conhecimentos, capacidades e comportamentos foram aplicados no contexto profissional? Se sim, apresentar exemplos/ indicadores que ilustrem o nível de aplicação. Se não, compreender as razões de não aplicação (desadequação face à situação real de trabalho, organização do trabalho, gestão de RH, recursos ...)
	Outro tipo de resultados nível dos indivíduos? Quais
Resultados para o serviço/ organização	Evolução em termos dos processos internos e do desenvolvimento organizacional - qualidade dos produtos/ serviços, produtividade, satisfação dos trabalhadores, clima de trabalho, estratégias de ALV ,... As novas competências dos colaboradores/ formandos tiveram impacto no serviço/ organização? Se sim, apresentar exemplos/ indicadores que ilustrem as mudanças alcançadas. Se não, compreender as razões de não impacto (desadequação face à situação real de trabalho, organização do trabalho, gestão de RH, recursos ...)
	Outro tipo de resultados? Quais

Síntese da informação

Domínios de recolha de informação	
Resultados e impactos produzidos pelo projeto/ perspectiva global	<p>Avaliação global muito positiva, sinalizada quer na reunião com responsável do projecto quer nos documentos analisados; avaliação baseada na percepção dos agentes e na expectativa de resultados face ao interesse prático das acções desenvolvidas.</p>
Resultados e impactos produzidos pela projeto/ componente do projeto analisada com maior profundidade	<p>A percepção global (não há indicadores mais concretos) aponta no sentido de uma avaliação muito positiva dos resultados da formação para os funcionários, na medida em que o projecto respondeu a necessidades muito concretas de funcionamento do serviço.</p> <p>Conhecimentos técnicos adquiridos estão directamente associados com as actividades profissionais regulares dos formandos, por isso a transferência para o posto de trabalho realizou-se de forma natural.</p> <p>A formação ajudou a resolver problemas do dia-a-dia e promoveu a celeridade dos procedimentos, aspectos que beneficiam o serviço.</p>
Condições de organização e realização da formação com influência sensível na produção dos resultados e impactos alcançados	<p>Projecto formativo bastante focado na resposta a problemas concretos do serviço e no apoio ao desempenho das pessoas, correspondeu ao anseio de respostas formativas técnicas (por contração às oferta mais comportamental).</p> <p>Na perspectiva dos funcionários na generalidade a formação foi satisfatória. O mais insatisfatório terá sido a sobrecarga de trabalho gerada. A formação decorria em horário laboral e era necessário recuperar trabalho em atraso.</p> <p>O potencial de rentabilização das novas competências está muito associado à regularidade da reciclagem, de modo a acompanhar as mudanças contínuas da legislação. Gostavam de ter atualização numa lógica contínua, aliás existem novas alterações em curso na legislação, que faria sentido trabalhar agora.</p>
Candidatura e fase de conceção e montagem do projeto	<p>A candidatura abrangeu diferentes departamentos. Os critérios que sustentam a escolha resultam do cruzamento da iniciativa dos proponentes internos com o facto de serem domínios onde no passado havia omissão de realização de formação.</p> <p>Relativamente à matéria da aferição de necessidades de formação, explicitam que efetuam um diagnóstico de necessidades todos os anos. Este diagnóstico é conduzido pelo Departamento de RH que promove a aplicação de um inquérito às chefias intermédias. O inquérito contempla a identificação domínios de formação pré-definidas e campos abertos onde os dirigentes podem especificar as necessidades dos seus departamentos. Para o preenchimento do inquérito os dirigentes auscultam os funcionários dos respetivos de departamento. O DRH consolida, mais tarde, esta informação.</p> <p>No caso do projecto analisado com mais detalhe a formação resultou de uma pro-atividade grande do serviço que terá sentido que seria útil realizar formação em domínios específicos, por isso assumiu os encargos de preparação de um plano de formação e proposta de candidatura ao DRH. Alguns dos domínios formativos contemplados tinham a ver com perspectivas de alargamento de competências do serviço, que não se concretizaram.</p> <p>A identificação das áreas a abranger foi fácil porque se tratava da resposta a necessidades concretas sentidas pelos colaboradores.</p> <p>Na execução do plano foram envolvidas três entidades formadoras, que responderam às três temáticas centrais do projecto. O CEFA foi a única entidade que foi envolvida na fase de preparação da candidatura na componente do projecto analisada em profundidade.</p>
Execução do projeto	<p>O tempo de aprovação condicionou a execução, o projecto devia ter sido executado ao longo do ano. A candidatura foi apresentada em Março, aprovada em Julho/ Agosto e só conseguiram começar algumas formações em setembro/outubro.</p> <p>O nível pedagógico e qualidade dos formadores são avaliados de forma muito positiva.</p>
Contextualização geral da ação da CM no domínio do desenvolvimento profissional dos colaboradores e da sua formação	<p>A autarquia realiza formação interna por conta dos seus próprios quadros que dão formação; esta formação privilegia a actualização de conhecimentos no domínio da qualidade e informática.</p> <p>A formação externa é assegurada por via de candidaturas de entidades externas ao Programa rumos. As entidades informam sobre o número de vagas disponíveis para a autarquia e a informação sobre a disponibilidade destas vagas é remetidas para o responsável pela área que designa as pessoas (p.e. em 2010, uma entidade externa aprendeu um projecto ao Rumos e realizou formação na autarquia na área comportamental e Siadap).</p> <p>Por vezes vão ao Continente quando é formação relevante.</p>

4.2. TIPOLOGIA 2.3.4 OCUPAÇÃO DE DESEMPREGADOS

Roteiro de apoio à realização das entrevistas (IEM e IPSS)

<i>Domínios de recolha de informação</i>	
<p>Caracterização dos desempregados/ beneficiários</p> <ul style="list-style-type: none"> - características, motivações, expectativas, relação com situação de desemprego <p>Candidatura das entidades beneficiárias</p> <ul style="list-style-type: none"> - tipo de entidades, motivações, expectativas, compromissos com o desempregados - processo administrativo e financeiro associados <p>Processo de relacionamento entre desempregado e organização acolhedora</p> <ul style="list-style-type: none"> - a afetação dos desempregados às entidades - atividades-tipo desenvolvidas 	
<p>Condições de desenvolvimento do “programa ocupacional</p> <ul style="list-style-type: none"> - preocupações, testemunhos, expectativas ... por parte dos desempregados e das entidades acolhedoras - roteiro de atividades e obrigações - acompanhamento do iem 	
<p>Balanço dos resultados junto dos desempregados</p> <ul style="list-style-type: none"> - ocupação, competências de empregabilidade, inserção, outros resultados não esperados? 	
<p>Balanço dos resultados junto das organizações acolhedoras</p> <ul style="list-style-type: none"> - atividades socialmente úteis, outros resultados não previstos? 	
<p>Necessidades de ajustamento no desenho do programa</p> <ul style="list-style-type: none"> - beneficiários, condições, características do estágio, ... <p>Necessidades de ajustamento das medidas para este público</p>	

Síntese da informação

<i>Domínios de recolha de informação</i>	
<p>Caracterização dos desempregados/ beneficiários</p>	<p>POTS (Programa ocupacional para os desempregados subsidiados): fundamentalmente beneficiários com baixa escolaridade; POD: (programa ocupacional para os trabalhadores sem subsídio) beneficiários com baixa escolaridade associada a condições específicas p.e. RSI e sem-abrigo. A adesão dos desempregados ao programa é elevada, mas é mais difícil motivar para o POTS, porque a adesão leva ao corte do subsídio de desemprego;</p> <p>Para as entidades beneficiárias a diferença entre os sub-programas reside nas condições específicas dos adultos. Estas condições tanto podem incorporar problemas difíceis de acolher e gerir (p.e. comportamentos aditivos, quadros de depressão, ...), como representar um importante valor acrescentado para a organização (p.e. um beneficiário com experiência em hotelaria num lar de idosos revela-se muito útil para a organização). As características dos adultos mais valorizadas pelas entidades são competências gerais de empregabilidade: (p.e. responsável, metódico, organizado, pontual).</p>
<p>Candidatura das entidades beneficiárias</p>	<p>O processo de candidatura é apresentado pela entidade via Internet; em alguns casos, a candidatura resulta de uma articulação directa entre a entidade e o desempregado. A administração pública em sentido lato (escolas, hospitais, segurança social, autarquias ...) é responsável pelo maior número de colocações, seguindo-se as IPSS, com relevância para os serviços de saúde e lares.</p> <p>Na perspectiva das entidades beneficiárias, as formalidades associadas à candidatura não apresentam problemas, excepto os campos dos formulários para as tarefas a realizar, porque é demasiado geral e não permite clarificar as tarefas associadas à função.</p>
<p>Processo de relacionamento entre desempregado e organização acolhedora</p>	<p>O critério de afetação dos desempregados às candidaturas das entidades é a antiguidade da situação de desemprego. As entidades acolhedoras não têm conhecimento prévio das condições dos desempregados, e é escassa a margem de selecção e definição de requisitos ou condições preferenciais por parte da entidade beneficiária.</p> <p>O desenvolvimento de uma fase de selecção, ou mesmo de um período de experiência na organização antes da decisão final de acolhimento, constituem áreas de recomendação das entidades beneficiárias.</p>
<p>Condições de desenvolvimento do “programa ocupacional</p>	<p>2010, corresponde a um ano de elevada execução do programa, pela colocação de desempregados nos programas de florestação, após vaga de incêndios, e envolvimento na reconstrução após acontecimentos de Fevereiro de 2010. A tipologia de actividades</p>

Domínios de recolha de informação	
	<p>desenvolvidas é diversa, mas em muitos casos os adultos são recrutados para tarefas de limpeza, porteiros, administrativos; por outro lado, o tipo de tarefas assumidas é definido pela entidade acolhedora, que segundo os testemunhos recolhidos pode implicar funções com níveis de responsabilidade significativa (p.e. de contacto directo com utentes), ou opção por tarefas mais simples e com menor exposição.</p> <p>Os mesmos testemunhos referem a maior capacidade de adaptação dos adultos e a dificuldade revelada pelos jovens em actuar em áreas diferentes da sua formação de base; a especificidade das actividades das entidades beneficiárias auscultadas (prestação de cuidados a públicos com necessidades específicas) e as suas exigências em termos de maturidade e perfil vocacional também condiciona esta diferença de atitudes.</p> <p>As condições de programa revelam-se difíceis de compatibilizar com as características da organização do trabalho nas IPSS (p.e. trabalho por turnos), e por parte dos adultos é comum encontrar uma postura que não facilita o ajustamento entre os diversos interesses em jogo – “as pessoas estão a fazer o programa e pensam que estão a trabalhar para a administração pública”. A maior flexibilidade das regras do programa às condições específicas deste tipo de entidades foi assinalada como uma área de melhoria.</p>
Balanço dos resultados	<p>Os resultados recenseados junto dos desempregados oscilam entre as competências gerais de empregabilidade (hábitos de trabalho, cumprimento de horários, auto-estima, ...) e o aperfeiçoamento profissional, por via da qualificação em novas áreas. Esta dupla valorização reforça o potencial de contratação; em alguns casos, as entidades acolhedoras não tinham condições de integração imediatamente após o final programa, mas os indivíduos ficaram sinalizados e mais tarde foram integrados.</p> <p>As entidades beneficiárias admitem que é importante clarificar os resultados esperados no final do programa, não tanto do ponto de vista da integração mas antes em termos dos ganhos de competências esperados para os adultos (p.e. que exigências em termos de formação específica?).</p> <p>Os resultados para as entidades beneficiárias são também valorizados de forma expressiva, sobretudo, nos casos em que desempregados acolhidos levam para as organizações competências com relevância (p.e. um desempregado com especialidade em fisioterapia que permitiu à organização acolhedora criar esse mesmo serviço, ou um desempregado com competências específicas em jardinagem que está a revitalizar um espaço novo na IPSS).</p>



Matosinhos
R. Tomás Ribeiro, nº 412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150
Fax (+351) 229 399 159
porto@quaternaire.pt

Lisboa
Av. António Augusto de Aguiar
Nº15 – 5º Dto
1050-012 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200
Fax (+351) 213 513 201
lisboa@quaternaire.pt

www.quaternaire.pt